

TEMPO, TRABALHO E DOMINAÇÃO SOCIAL

Uma reinterpretação
da teoria crítica de Marx

MOISHE POSTONE

Tradução
Amilton Reis e
Paulo César Castanheira

BOITEMPO
EDITORIAL

Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2014
Copyright © Cambridge University Press, 1993

Título original: *Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*

Esta edição contou com o apoio da University of Chicago para a tradução.

Coordenação editorial

Ivana Jinkings

Edição

Bibiana Leme, Isabella Marcatti e João Alexandre Peschanski

Assistência editorial

Thaís Burani

Tradução

Paulo César Castanheira (cap. 1, 2, 3, 4 e 6), Amílton Reis (cap. 5, 7, 8, 9 e 10, com revisão de Paula Nabuco) e Artur Renzo (prefácio à edição brasileira)

Revisão técnica

Paulo Henrique Furtado de Araújo
com a colaboração de *Mário Duayer*

Preparação

Alicia Toffani

Revisão

Cintia da Silva Leitão

Diagramação

Schäffer Editorial

Capa

Ronaldo Alves

sobre imagem de Ronaldo Alves e Daniel Gasienica

Produção

Carlos Renato

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P89t

Postone, Moíshe, 1942-

Tempo, trabalho e dominação social : uma reinterpretação da teoria crítica de Marx / Moíshe Postone ; tradução Amílton Reis, Paulo César Castanheira. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2014.

Tradução de: *Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*

ISBN 978-85-7559-398-1

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Socialismo - História - Séc. XX. 3. Filosofia marxista. 4. Teoria crítica. I. Título.

14-13520

CDD: 335.409

CDU: 330.85(09)

27/06/2014 07/07/2014

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

1ª edição: agosto de 2014

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

TEMPO ABSTRATO

A GRANDEZA DO VALOR

Ao examinar a análise de Marx sobre as formas essenciais de estruturação social da sociedade capitalista, concentrei-me, até aqui, em sua categoria de trabalho abstrato e em algumas implicações básicas de seu argumento de que as relações sociais características do capitalismo são constituídas pelo trabalho. O que também caracteriza essas formas sociais, de acordo com Marx, é a sua dimensão temporal e sua quantificabilidade. Marx apresenta esses aspectos da forma-mercadoria no início de sua discussão, quando trata do problema da grandeza do valor¹. Ao discutir o tratamento desse problema, mostrarei sua importância na análise de Marx sobre a natureza da sociedade capitalista. Com base nisso, examinarei mais de perto as diferenças entre valor e riqueza material e começarei a tratar da questão do capitalismo e da temporalidade – que estabelecerá as bases para minha consideração, na última parte deste livro, da concepção de Marx sobre a trajetória do desenvolvimento capitalista. Também desenvolverei outros aspectos da teoria sócio-histórica do conhecimento e da subjetividade descrita. Isso preparará o terreno para uma análise da crítica de Jürgen Habermas sobre Marx, que concluirá a minha discussão sobre a trajetória da teoria crítica como tentativa de formular uma crítica social adequada ao século XX. Nesse ponto, poderei começar a reconstruir a categoria capital de Marx.

O problema da grandeza do valor parece, à primeira vista, muito mais simples e mais direto do que o das categorias de valor e trabalho humano abstrato. Esse problema foi tratado por Franz Petry, Isaak Illich Rubin e Paul Sweezy, por exemplo, como a

¹ Karl Marx, *O capital*, cit., Livro I, p. 113s.

“teoria quantitativa do valor” em contraposição à “teoria qualitativa do valor”². Eles constroem essa distinção para enfatizar que a teoria do valor de Marx não é apenas uma teoria econômica no sentido mais estrito, mas uma tentativa de elucidar a estrutura básica das relações sociais no capitalismo. No entanto, ao deixar de lado as considerações críticas de suas análises específicas dessas relações sociais, tais teorias não vão longe o bastante. Empreendem uma análise qualitativa do conteúdo social do valor, mas tratam a grandeza do valor somente em termos quantitativos. A análise do valor como forma social historicamente específica deveria, porém, mudar os termos com que a grandeza do valor é considerada³. Marx não apenas escreve – como tem sido frequentemente citado – que a economia política “nunca sequer perguntou por que o trabalho é expresso em termos de valor”, mas também pergunta por que “o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho”⁴. A segunda questão implica que não é suficiente realizar um exame qualitativo unicamente da forma de valor e, assim, excluir o problema da grandeza do valor – pois esse problema também implica uma análise social qualitativa.

As interpretações de Marx mencionadas certamente não tratam o problema da grandeza do valor em um sentido estritamente quantitativo – isto é, somente em termos do problema de valores de troca relativos – como faz a economia política, mas apenas como a quantificação da dimensão qualitativa do valor, em vez de uma nova determinação qualitativa da formação social. Sweezy, por exemplo, escreve: “Para além da simples determinação de relações de troca [...] o problema de valor quantitativo [...] nada mais é do que a investigação sobre as leis que regem a alocação da força de trabalho em diferentes esferas de produção em uma sociedade de produtores de

² Franz Petry, *Der soziale Gehalt der Marxschen Werttheorie* (Jena, Fischer, 1916), p. 3-5, 16; Isaak Illich Rubin, *A teoria marxista do valor* (trad. José Bonifácio de S. Amaral Filho, São Paulo, Brasiliense, 1980), p. 83, 135, 189; Paul Sweezy, *The Theory of Capitalist Development*, cit., p. 25.

³ Geralmente, o ponto de partida para posições que enfatizam uma análise qualitativa da categoria de valor tem sido a crítica de Marx à economia política clássica por negligenciar tal análise: “Uma das insuficiências fundamentais da economia política clássica está no fato de ela nunca ter conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma do valor [...]. Justamente em seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, ela trata a forma de valor como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza do próprio valor. A razão disso não está apenas em que a análise da grandeza do valor absorve inteiramente sua atenção” (Karl Marx, *O capital*, cit., Livro I, nota 32, p. 155). Isto, contudo, não significa que a análise da magnitude do valor pela economia política possa ser mantida e simplesmente complementada por uma análise qualitativa da forma valor.

⁴ Karl Marx, *O capital*, cit., Livro I, p. 155.

mercadorias”⁵. Se, para Sweezy, a tarefa da teoria do valor qualitativo é analisar essas leis em termos da natureza das relações sociais e modos de consciência, a tarefa da teoria do valor quantitativo é considerar sua natureza em termos puramente quantitativos⁶. De forma semelhante, Rubin diz:

O erro básico da maioria dos críticos de Marx consiste em: 1) sua completa incapacidade de compreender o aspecto qualitativo, sociológico, da teoria de Marx sobre o valor, e 2) sua limitação do aspecto quantitativo ao exame de relações de troca [...]; eles ignoram as inter-relações quantitativas entre as quantidades de trabalho social distribuídas pelos diferentes ramos de produção e de diferentes empresas. [A] magnitude do valor [é] um regulador da distribuição quantitativa do trabalho social.⁷

Petry, por outro lado, vê o “problema do valor quantitativo” em termos de distribuição do valor total produzido pelo proletariado entre as várias classes de sociedade sob a forma de renda⁸.

Essas interpretações do problema do valor quantitativo enfatizam exclusivamente a regulamentação inconsciente da distribuição social de mercadorias e trabalho (ou renda). Tais abordagens, que interpretam as categorias de valor e grandeza do valor somente com a falta de uma regulamentação consciente de distribuição social no capitalismo, concebem implicitamente a negação histórica do capitalismo apenas como planejamento público na ausência de propriedade privada. Elas não fornecem base adequada para uma crítica categorial da forma de produção determinada pelo capital. A análise marxiana da grandeza do valor é, no entanto, elemento integrante dessa mesma crítica: implica a determinação qualitativa da relação de trabalho, tempo e necessidade social na formação social capitalista. Ao investigar a dimensão temporal das categorias de Marx, serei capaz de comprovar minha afirmação anterior de que a lei do valor, longe de ser uma teoria dos mecanismos de equilíbrio do mercado, implica tanto uma dinâmica histórica quanto uma forma material específica de produção.

A medida de valor, de acordo com Marx, é muito diferente da medida de riqueza material. Essa última forma de riqueza, criada pela ação de vários tipos de trabalho concreto com matérias-primas, pode ser medida pela objetivação desses trabalhos, isto é, pelas quantidades e qualidades dos bens específicos produzidos. Tal modo de medição é uma função da especificidade qualitativa do produto, da atividade que

⁵ Paul Sweezy, *The Theory of Capitalist Development*, cit., p. 33-4.

⁶ *Ibidem*, p. 41.

⁷ Isaak Illich Rubin, *A teoria marxista do valor*, cit., p. 89-90.

⁸ Franz Petry, *Der soziale Gehalt der Marxschen Werttheorie*, cit., p. 29, 50. Marx trata da distribuição do valor total entre as várias classes na forma de renda, mas no nível lógico de preço e lucro, e não no do valor.

o produz, das necessidades que pode satisfazer, bem como do costume – em outras palavras, o modo de medição da riqueza material é particular e não geral. Portanto, para se tornar a medida dominante de riqueza, deve ser mediada por vários tipos de relações sociais. A riqueza material não é mediada socialmente; nos lugares em que é a forma social dominante de riqueza, ela é “avaliada” e distribuída por relações sociais explícitas – laços sociais tradicionais, relações de poder, decisões conscientes, considerações de necessidades etc. O predomínio da riqueza material como a forma social da riqueza está relacionado a um modo de mediação social explícito.

O valor, como vimos, é uma forma peculiar de riqueza na medida em que não é mediado por relações sociais explícitas, mas é *uma mediação em si*: o valor é a dimensão automediadora das mercadorias. Isso é expresso por sua medida, que não é uma função direta da quantidade de bens produzidos. A medida material, como apontado, implicaria um modo de mediação manifestamente social. Embora o valor, assim como a riqueza material, seja uma objetivação do trabalho, ele é uma objetivação do trabalho abstrato. Como algo que constitui uma mediação social geral, “objetiva”, o trabalho abstrato não é expresso pela objetivação de determinados trabalhos concretos, nem medido por sua quantidade. Sua objetivação é o valor – uma forma separável daquela do trabalho concreto objetivado, isto é, produtos específicos. Da mesma forma, a grandeza do valor, a medida quantitativa da objetivação do trabalho abstrato, difere das várias quantidades físicas das várias mercadorias produzidas e trocadas (50 metros de tecido, 450 toneladas de aço, 900 barris de petróleo etc.). No entanto, essa medida pode ser traduzida em quantidades físicas. A consequente comensurabilidade qualitativa e quantitativa das mercadorias é uma expressão da mediação social objetiva: constitui e é constituída por essa mediação. O valor, então, não é medido por meio de objetivações particulares de vários trabalhos, mas a partir do que todos eles têm em comum, independentemente da sua especificidade – o dispêndio de trabalho. A medida do dispêndio de trabalho humano, que não é uma função da quantidade e da natureza dos produtos é, na análise de Marx, o tempo:

Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc.⁹

Assim, quando o trabalho em si funciona como o meio geral quase objetivo de mediação de produtos, constitui-se uma medida geral quase objetiva de riqueza, independente da particularidade dos produtos e, portanto, de laços e contextos sociais

⁹ Karl Marx, *O capital*, cit., Livro I, p. 116.

evidentes. Essa medida, de acordo com Marx, é o dispêndio socialmente necessário de tempo de trabalho humano, ou seja, como veremos, é uma forma determinada e “abstrata” de tempo. Devido ao caráter mediador do trabalho no capitalismo, a sua medida também tem um caráter socialmente mediador. A forma de riqueza (valor) e sua medida (tempo abstrato) são constituídas pelo trabalho no capitalismo como mediações sociais “objetivas”.

A categoria do trabalho humano abstrato refere-se a um processo social que implica uma abstração das qualidades específicas dos vários trabalhos concretos envolvidos, bem como a redução de seu denominador comum, como trabalho humano¹⁰. Do mesmo modo, a categoria da grandeza do valor refere-se a uma abstração das quantidades físicas dos produtos trocados, bem como à redução a um denominador comum não manifesto – o tempo de trabalho envolvido em sua produção. No Capítulo 4, abordei algumas implicações socioepistemológicas da análise de Marx da forma-mercadoria entendida como uma análise das formas estruturadas de prática cotidiana que envolvem um processo contínuo de abstração da especificidade concreta de objetos, atividades e pessoas e sua redução a um denominador comum geral e “essencial”. Indiquei que o surgimento da oposição moderna entre universalismo abstrato e particularismo concreto pode ser entendido com essa análise. Esse processo social de abstração ao qual a forma-mercadoria se refere implica ainda um processo determinado de quantificação. Abordarei a dimensão da forma-mercadoria das relações sociais enquanto investigo o tempo como medida.

É importante notar, neste ponto, que a afirmação de Marx, no Capítulo 1 d’*O capital*, de que o dispêndio de tempo de trabalho socialmente necessário é a medida do valor, não é sua demonstração completa dessa posição. Como demonstrei no Capítulo 4, o argumento de Marx em *O capital* é imanente ao seu modo de apresentação, ao pleno desdobramento das categorias, no qual o que é desdobrado destina-se a justificar retroativamente aquilo que o precedeu, e a partir do qual foi desenvolvido logicamente. Veremos que Marx procura apoiar retroativamente sua afirmação de que a grandeza do valor é determinada em termos do tempo de trabalho socialmente necessário, analisando, com base em suas determinações iniciais do valor e sua medida, do processo de produção no capitalismo e sua trajetória de desenvolvimento. Seu argumento pretende justificar a determinação temporal da grandeza do valor como uma determinação categorial da produção e da dinâmica do todo, e não – como poderia parecer de início – simplesmente como uma determinação da regulação da troca.

¹⁰ Ibidem, p. 142-3.

TEMPO ABSTRATO E NECESSIDADE SOCIAL

Como o trabalho humano abstrato constitui uma mediação social geral, na análise de Marx, o tempo de trabalho que serve como medida do valor não é individual e contingente, mas *social e necessário*:

A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana [...]. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média [...] portanto [...], ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário.¹¹

Marx define assim o tempo de trabalho socialmente necessário: “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”¹². O valor de uma mercadoria não é uma função do tempo de trabalho gasto nesse objeto em particular, mas da quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção: “Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor”¹³.

A determinação da grandeza de valor de uma mercadoria em termos de tempo de trabalho socialmente necessário, ou médio, indica que o ponto de referência é a sociedade como um todo. Não vou, nesse momento, abordar o problema de como essa média é constituída – que ela resulta de um “processo social que ocorre pelas costas dos produtores” e que “lhes parecem, assim, ter sido legadas pela tradição”¹⁴ – além de notar que esse “processo social” envolve uma mediação socialmente geral da ação individual. Isso implica a constituição, pela ação individual, de uma norma geral externa que se reflete sobre cada indivíduo.

O tipo de necessidade expressado no termo “tempo de trabalho socialmente necessário” é uma função dessa mediação geral e reflexiva. À primeira vista parece ser simplesmente uma declaração descritiva da quantidade média de tempo necessária para produzir uma determinada mercadoria. Uma análise mais aprofundada, no entanto, revela que essa categoria é uma nova determinação da forma de dominação social constituída pelo trabalho determinado pela mercadoria – que eu chamo de

¹¹ Ibidem, p. 117.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem, p. 122.

necessidade social “historicamente determinada”, em oposição à necessidade social “natural” e trans-histórica.

O tempo gasto na produção de um determinado produto é mediado de maneira socialmente geral e transformado em uma média que determina a grandeza do valor do produto. A categoria de tempo de trabalho socialmente necessário expressa, então, uma norma temporal geral resultante da ação dos produtores, que estes devem obedecer. O produtor é obrigado a produzir e trocar mercadorias para sobreviver e – se quiser receber o “valor integral” de seu tempo de trabalho – esse tempo deve ser igual à norma temporal expressa pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Como categoria da totalidade, o tempo de trabalho socialmente necessário expressa uma necessidade social quase objetiva com a qual os produtores são confrontados. É a dimensão temporal da dominação abstrata que caracteriza as estruturas de relações sociais alienadas no capitalismo. A totalidade social constituída pelo trabalho como mediação geral objetiva tem um caráter temporal, no qual *o tempo se torna uma necessidade*.

Como já apontei, a abstração lógica das categorias de Marx no Livro I d’*O capital* alcança um nível muito alto: ela lida com a “essência” do capitalismo como um todo. Uma intenção estratégica de sua análise categorial nesse volume é fundamentar historicamente, em termos das formas de relações sociais no capitalismo, a oposição moderna entre o indivíduo livre e autodeterminado e a sociedade como uma esfera extrínseca de necessidade objetiva. Essa oposição é intrínseca à forma de valor da riqueza e das relações sociais. Embora o valor seja constituído pela produção de mercadorias particulares, a grandeza do valor de um determinado produto é, por reflexo, uma função de uma norma social geral constituída. O valor de uma mercadoria, em outras palavras, é o momento individualizado de uma mediação social geral; sua grandeza não é uma função do tempo de trabalho realmente necessário para produzir aquela mercadoria em particular, mas da mediação social geral expressada pela categoria de tempo de trabalho socialmente necessário. Diferentemente da medida da riqueza material, que é uma função da quantidade e da qualidade dos produtos particulares, a medida do valor expressa uma *relação* determinada – a saber, uma relação entre o particular e o geral-abstrato que tem a forma de uma relação entre momento e totalidade. Ambos os termos dessa relação são constituídos pelo trabalho, que funciona como atividade produtiva e socialmente mediadora. O duplo caráter do trabalho subjaz a medida temporal, abstrata e quase objetiva da riqueza social no capitalismo e gera uma oposição entre a gama de produtos ou trabalhos específicos e uma dimensão geral abstrata que constitui e é constituída por esses trabalhos específicos.

Em outro nível, a mercadoria como uma forma social dominante implica, necessariamente, tensão e oposição entre indivíduo e sociedade, o que aponta para uma tendência à subsunção do primeiro pela segunda. Quando o trabalho media e constitui relações sociais, torna-se o elemento central de uma totalidade que domina os indi-

víduos – que, no entanto, estão livres de relações de dominação pessoal: “o trabalho que assim se mede com o tempo não aparece como trabalho de distintos indivíduos; os diferentes indivíduos que surgem antes como simples órgãos de trabalho”¹⁵.

A sociedade capitalista se constitui como uma totalidade que não só se opõe aos indivíduos, mas também tende a subsumi-los: torna-os “simples órgãos” do todo. Essa determinação inicial da subsunção dos indivíduos pela totalidade na análise de Marx da forma-mercadoria prenuncia sua investigação crítica do processo de produção no capitalismo como a materialização dessa subsunção. Longe de criticar o caráter atomizado da existência individual no capitalismo do ponto de vista da totalidade, como implicam as interpretações tradicionais, Marx analisa a subsunção de indivíduos em estruturas objetivas abstratas como uma característica da forma social compreendida pela categoria de capital. Ele considera a subsunção o complemento antinômico da atomização individual e afirma que os dois momentos, bem como a sua oposição, são característicos da formação capitalista. Essa análise revela a perigosa unilateralidade de qualquer noção de socialismo que, equacionando o capitalismo com o modo burguês de distribuição, postula a sociedade socialista como a totalidade abertamente constituída pelo trabalho, ao qual os indivíduos são subsumidos.

A discussão sobre a determinação temporal de valor foi preliminar, vou desenvolvê-la de forma mais completa quando tratar da categoria de capital de Marx. No entanto, posso considerar mais adequadamente neste momento o significado da diferença entre valor e riqueza material na análise de Marx. Voltarei, então, a examinar o capitalismo e temporalidade investigando o tipo de tempo expresso pela categoria de tempo de trabalho socialmente necessário, e as implicações mais gerais da categoria para uma teoria da constituição social.

VALOR E RIQUEZA MATERIAL

Ao distinguir valor e riqueza material, analisei o primeiro como uma forma de riqueza que é também uma relação social objetivada – em outras palavras, que se automeadia socialmente. Por outro lado, a existência da riqueza material como forma dominante de riqueza implica a existência de relações sociais explícitas que a medeiam. Como vimos, essas duas formas de riqueza social têm medidas diferentes: a grandeza do valor é uma função do dispêndio de tempo de trabalho abstrato, ao passo que a riqueza material é medida em termos de quantidade e qualidade dos produtos criados.

¹⁵ Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política*, cit., p. 56.

Essa diferença tem implicações significativas para a relação entre valor e produtividade do trabalho e, finalmente, para a natureza da contradição fundamental do capitalismo.

A grandeza do valor de uma mercadoria individual é, como afirmado, uma função do tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a sua produção. Um aumento na produtividade média aumenta o número médio de mercadorias produzidas por unidade de tempo. Assim, diminui a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário requerido para a produção de uma única mercadoria e, por conseguinte, o valor de cada uma delas. Em geral, “a grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho”¹⁶.

O aumento da produtividade leva à diminuição do valor de cada mercadoria produzida porque reduz o tempo de trabalho socialmente necessário gasto. Isso indica que o valor total produzido em determinado período de tempo (por exemplo, uma hora) permanece constante. A relação inversamente proporcional entre a produtividade média e a grandeza do valor de uma única mercadoria é uma função do fato de que a grandeza do valor total produzido depende apenas da quantidade de tempo de trabalho humano abstrato despendido. Mudanças na produtividade média não alteram o valor total criado em períodos de tempo iguais. Assim, se a produtividade média duplica, produz-se o dobro de mercadorias em determinado período de tempo, cada uma com a metade do valor anterior, pois o valor total nesse período de tempo permanece o mesmo. O único determinante do valor total é a quantidade de tempo de trabalho abstrato despendido, medido em unidades de tempo constantes. É, portanto, independente das variações de produtividade:

o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui.¹⁷

Veremos que o caso da relação entre produtividade e tempo abstrato é mais complexo do que indica essa determinação inicial. No entanto, já ficou claro que a categoria marxiana de valor não é apenas a riqueza material que é mediada pelo mercado no capitalismo. Qualitativa e quantitativamente, valor e riqueza material são duas formas muito diferentes de riqueza, que podem até mesmo se opor:

Uma quantidade maior de trabalho constitui, por si mesma, uma maior riqueza material, dois casacos em vez de um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas;

¹⁶ Karl Marx, *O capital*, cit., Livro I, p. 118.

¹⁷ *Ibidem*, p. 123.

com um casaco, somente uma etc. No entanto, ao aumento da massa da riqueza material pode corresponder uma queda simultânea de sua grandeza de valor.¹⁸

O exame da categoria do valor mostra que a forma dominante de riqueza social no capitalismo é imaterial, embora deva ser expressa na mercadoria como sua “portadora” materializada¹⁹. É uma função imediata não da dimensão do valor de uso – da massa material ou da qualidade dos bens – mas do dispêndio de tempo de trabalho. Assim, Marx mostrou que a declaração com a qual começa *O capital* – “riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’”²⁰ – só é válida aparentemente. No capitalismo, a medida temporal abstrata, mais do que a quantidade material concreta, é a medida da riqueza social. Essa diferença é a primeira determinação da possibilidade de existir, no capitalismo, pobreza (em termos de valor) em meio à abundância (em termos de riqueza material), não só para os pobres, mas para a sociedade como um todo. A riqueza material no capitalismo é, enfim, apenas aparente.

A diferença entre riqueza material e valor é central para a crítica marxiana do capitalismo. Sua raiz, de acordo com Marx, está no duplo caráter do trabalho nessa formação social²¹. A riqueza material é criada pelo trabalho concreto, mas o trabalho não é a única fonte de riqueza material²², essa forma de riqueza resulta da transformação da matéria por pessoas com a ajuda de forças naturais²³. A riqueza material surge, então, a partir das interações dos seres humanos com a natureza, mediadas pelo trabalho útil²⁴. Como vimos, sua medida é uma função da quantidade e qualidade do que é objetivado pelo trabalho concreto, e não do dispêndio de tempo de trabalho humano direto. Consequentemente, a criação de riqueza material não está necessariamente vinculada ao dispêndio de tempo de trabalho. O aumento da produtividade resulta em maior riqueza material, quer aumente ou não a quantidade de tempo de trabalho despendido.

É importante observar que a dimensão concreta ou útil do trabalho no capitalismo tem uma natureza social diferente da dimensão historicamente específica do trabalho como atividade socialmente constituída, ou seja, do trabalho abstrato. Marx analisa a “força produtiva do trabalho” [*Produktivkraft der Arbeit*], como a produtividade do

¹⁸ Ibidem, p. 123.

¹⁹ Ibidem, p. 206.

²⁰ Ibidem, p. 113.

²¹ Ibidem, p. 123.

²² Ibidem, p. 121, 123.

²³ Idem.

²⁴ Karl Marx, *Crítica do Programa de Gotha* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2012), p. 86.

trabalho concreto e útil²⁵. Ela é determinada pela organização social da produção, o nível de desenvolvimento e aplicação da ciência e das habilidades adquiridas da população trabalhadora, entre outros fatores²⁶. Em outras palavras, a dimensão concreta do trabalho, tal como concebida por Marx, tem um caráter social informado por organização e conhecimento sociais, que abrange aspectos de ambos – o que chamo de “caráter social do trabalho como atividade produtiva” – e não está restrito ao dispêndio de trabalho direto. A produtividade, na análise de Marx, é uma expressão desse caráter social, das habilidades produtivas adquiridas da humanidade. É uma função da dimensão concreta do trabalho, e não do trabalho, que constitui uma mediação social historicamente específica.

As determinações do valor, a forma dominante de riqueza no capitalismo, são muito diferentes das da riqueza material. O valor é peculiar na medida em que, embora seja uma forma de riqueza, não expressa diretamente a relação entre seres humanos e natureza, mas as relações interpessoais mediadas pelo trabalho. Assim, de acordo com Marx, a natureza não entra diretamente na constituição do valor²⁷. Como mediação social, o valor é constituído unicamente pelo trabalho (abstrato): é uma objetivação da dimensão social historicamente específica do trabalho no capitalismo como atividade socialmente mediadora, como a “substância” das relações alienadas. Sua grandeza não é, pois, uma expressão direta da quantidade de produtos criados ou do poder das forças naturais aproveitadas; mas sim uma função apenas do tempo de trabalho abstrato. Ou seja, embora resulte em mais riqueza material, o aumento da produtividade não resulta em mais valor por unidade de tempo. Como uma forma de riqueza que é também uma forma de relações sociais, o valor não expressa diretamente as habilidades produtivas adquiridas da humanidade. (Mais tarde, ao discutir a concepção de Marx da categoria de capital, examinarei como essas habilidades produtivas, que são determinações da dimensão de valor de uso do trabalho, tornam-se atributos do capital.) Se o valor é constituído unicamente pelo trabalho e a única medida de valor é o tempo de trabalho direto, então a *produção de valor, diferentemente da produção de riqueza material, está necessariamente vinculada ao dispêndio de trabalho humano direto*.

A distinção entre valor e riqueza material é, como veremos, crucial para a análise de Marx do capitalismo. No entanto, antes de prosseguir, devo lembrar que Marx também argumenta que, na experiência imediata, essa distinção não é evidente. Vimos que uma das intenções de Marx no manuscrito publicado e editado postumamente como Livro III d’*O capital* é mostrar, com base em sua teoria do valor, que essa teoria não parece ser válida – e, especialmente, que o trabalho em si não

²⁵ Idem, *O capital*, cit., Livro I, p. 123.

²⁶ Ibidem, p. 118.

²⁷ Ibidem, p. 124.

parece constituir o valor. Um dos objetivos de Marx ao discutir a renda da terra no Livro III, por exemplo, é mostrar como a natureza pode parecer ser um fator de criação de valor; como resultado, a distinção entre o caráter específico do trabalho no capitalismo e o trabalho em geral torna-se incerta, assim como a diferença entre valor e riqueza material²⁸.

(Uma exposição completa da análise de Marx sobre a natureza e o desenvolvimento do caráter contraditório do capitalismo deve, portanto, elucidar como uma distinção categorial – como aquela entre valor e riqueza material – é de fato socialmente operacional, embora os atores possam não estar cientes. Seria necessário mostrar como as pessoas, agindo com base em formas de aparência que disfarçam as estruturas essenciais subjacentes do capitalismo, reconstituem essas estruturas subjacentes. Tal exposição mostraria também como essas estruturas, mediadas por suas formas de aparência, não só originam práticas socialmente constituidoras, como também o fazem de modo a transmitir certas dinâmicas e restrições à sociedade como um todo. No entanto, como procuro apenas esclarecer a natureza da análise crítica de Marx sobre a sociedade capitalista em termos de suas categorias de base, não posso tratar essas questões a fundo neste livro.)

As diferenças entre valor e riqueza material, como expressões das duas dimensões do trabalho, dizem respeito ao problema da relação entre valor e tecnologia e à contradição básica do capitalismo. O tratamento dado por Marx às máquinas deve ser visto no contexto de sua análise do valor como forma de riqueza historicamente específica, diferente da riqueza material. Para Marx, apesar de produzirem um aumento da riqueza material, as máquinas não criam novo valor. Em vez disso, elas apenas transmitem a quantidade de valor (tempo de trabalho direto) que entrou em sua produção ou diminuem indiretamente o valor da força de trabalho (reduzindo o valor dos meios de consumo dos trabalhadores) e, assim, aumentam a quantidade de valor apropriável como excedente pelos capitalistas²⁹. O fato de que as máquinas não criam novo valor não é um paradoxo nem indica uma insistência reducionista por parte de Marx ao postular a primazia do trabalho humano direto como constituinte social necessário da riqueza, independentemente da evolução tecnológica. Antes, fundamenta-se na diferença entre riqueza material e valor, uma diferença que estabelece as bases para o que Marx analisa como uma contradição crescente entre as duas dimensões sociais expressas pela forma-mercadoria. De fato, como veremos, o potencial de produção mecânica desempenha um papel importante na compreensão dessa contradição por Marx.

²⁸ Idem, *Capital*, cit., Livro III, p. 751-970.

²⁹ Idem, *Grundrisse*, cit., p. 584-5.

No Capítulo 1, examinei trechos dos *Grundrisse* que indicam que, para Marx, a contradição básica do capitalismo não está entre a produção industrial e as relações burguesas de distribuição, mas dentro da esfera da produção. Com base nisso, argumentei que sua análise é uma crítica do trabalho e da produção no capitalismo, não uma crítica do ponto de vista do “trabalho”. A distinção entre valor e riqueza material, que Marx faz no início d’*O capital*, está em total conformidade com essa interpretação e a reforça. Na verdade, pode-se inferir a contradição básica apresentada nos *Grundrisse* a partir de sua distinção entre essas duas formas de riqueza, bem como da complexa relação implícita entre valor, produtividade e riqueza material.

Por um lado – como esclarecerei em breve com mais detalhes –, a análise de Marx indica que o sistema de produção baseado no valor gera níveis crescentes de produtividade com base em mudanças na organização do trabalho, no avanço tecnológico e na maior aplicação da ciência à produção. Com a produção tecnológica avançada, a riqueza material torna-se função de um elevado nível de produtividade, que depende do potencial de criação de riqueza da ciência e da tecnologia. O dispêndio de tempo de trabalho humano direto já não possui qualquer relação significativa com a produção dessa riqueza. No entanto, de acordo com Marx, o maior volume de riqueza material não significa, em si, maior quantidade da forma determinante da riqueza social no capitalismo – ou seja, de valor. Na verdade, a diferença entre os dois é crucial para o argumento de Marx sobre a contradição fundamental do capitalismo. O aumento da produtividade não acarreta, como se viu, maiores quantidades de valor por unidade de tempo. Por essa razão, os recursos para aumentar a produtividade, como ciência aplicada e tecnologia, *não* aumentam o valor produzido por unidade de tempo, mas fazem crescer consideravelmente a quantidade de riqueza material produzida³⁰. O que subjaz à contradição central do capitalismo, segundo Marx, é que o valor continua a ser a forma determinante da riqueza e das relações sociais no capitalismo, independentemente da evolução da produtividade; no entanto, o valor também se torna cada vez mais anacrônico, tendo em vista o potencial de produção de riqueza material das forças produtivas a que dá origem.

Um momento central dessa contradição é o papel que o trabalho humano direto desempenha no processo de produção. Por um lado, ao induzir um enorme aumento de produtividade, as formas sociais de valor e capital geram a possibilidade de uma nova formação social em que o trabalho humano direto já não seria a principal fonte social de riqueza. Por outro lado, essas formas sociais são tais que o trabalho humano direto continua a ser necessário para o modo de produção e torna-se cada vez mais fragmentado e atomizado (na Parte III deste livro, discutirei os fundamentos estruturais

³⁰ Para fins de simplicidade e clareza, não estou considerando, neste ponto, questões de mais-valor ou de intensificação do trabalho.

para essa necessidade persistente e suas implicações para uma análise da forma material do processo de produção). De acordo com essa interpretação, Marx não postula uma conexão necessária entre trabalho humano direto e riqueza social, independentemente da evolução tecnológica. Antes, sua crítica imanente atribui isso ao próprio capitalismo.

A contradição do capitalismo que Marx descreve nos *Grundrisse* pode então ser compreendida como uma crescente contradição entre valor e riqueza material – que, no entanto, não se mostra evidente, já que a diferença entre essas duas formas de riqueza não é nítida na “superfície” da sociedade, no plano da experiência imediata. Em resumo, só se pode entender a análise de Marx sobre essa contradição – como já deve estar claro – entendendo o valor como uma forma de riqueza historicamente específica, medida pelo dispêndio de tempo de trabalho humano. A distinção que Marx faz entre valor e riqueza material sustenta minha tese de que sua categoria de valor não tem a intenção de mostrar que a riqueza social é sempre e em toda parte uma função do trabalho humano direto, nem que essa “verdade” trans-histórica é encoberta por várias formas de mistificação no capitalismo, nem que a “verdade” da existência humana vem à tona no socialismo. Marx *de fato* procura mostrar que, sob a superfície das aparências, a forma social da riqueza dominante no capitalismo é constituída unicamente pelo trabalho (abstrato) – mas o objeto de sua crítica é essa forma “essencial” em si, e não simplesmente as formas superficiais que a encobrem. Ao chamar a atenção para a distinção entre valor e riqueza material, comecei a mostrar que a função crítica da “teoria do valor-trabalho” de Marx não é simplesmente “provar” que o excedente social no capitalismo é criado por meio da exploração da classe trabalhadora. Em vez disso, ela fornece uma crítica histórica do papel socialmente sintético desempenhado pelo trabalho no capitalismo, de modo a apontar para a possibilidade de sua abolição.

A esta altura deve estar claro que muito da discussão sobre a aplicabilidade das categorias de Marx na análise dos desdobramentos contemporâneos tem sido limitada pela falta de distinção entre valor e riqueza material. Isso é particularmente verdadeiro em relação à questão da relação entre tecnologia e valor. Como a categoria do valor tem sido frequentemente comparada à da riqueza social em geral, as tendências dominantes tendem a argumentar que o trabalho é sempre a única fonte social da riqueza, subsumindo, assim, a riqueza material ao valor, ou que o valor não é uma função unicamente do trabalho, mas pode ser criado diretamente pela aplicação do conhecimento científico e tecnológico, subsumindo, portanto, o valor à riqueza material. Paul Walton e Andrew Gamble, por exemplo, defenderam a abordagem de Marx enfatizando a singular capacidade do trabalho na criação do valor. No entanto, em vez de considerarem a particularidade dessa forma de riqueza, argumentam como se o trabalho, em virtude de suas qualidades especiais, fosse trans-historicamente uma fonte singular de

riqueza social³¹. O motivo pelo qual as máquinas não produzem valor – entendido simplesmente como riqueza – não pode, no entanto, ser explicado de forma convincente. Por outro lado, em uma tentativa de explicar as óbvias possibilidades geradoras de riqueza da ciência e da tecnologia atuais, Joan Robinson critica Marx por sustentar que só o trabalho humano produz mais-valor³². Robinson, no entanto, também interpreta as categorias marxianas de valor e capital em termos de riqueza em geral, e não como formas específicas de riqueza e de relações sociais. Por isso, ela não faz distinção entre o que produz riqueza material e o que produz valor. Ao invés disso, ela reifica o capital como a riqueza por si só: “É mais convincente dizer que o capital, bem como a aplicação da ciência à indústria, são imensamente produtivos e que as instituições da propriedade privada, tornando-se monopólios, são nocivas, justamente porque nos impedem de ter o volume e o tipo de capital de que precisamos”³³. Ao equiparar valor e capital com a riqueza material, a abordagem de Robinson identifica necessariamente as relações sociais do capitalismo de maneira tradicional, com a propriedade privada.

Interpretações que postulam a categoria do valor marxiana como uma categoria trans-historicamente válida de riqueza ou, inversamente, interpretam o seu caráter cada vez mais anacrônico como uma indicação da inadequação teórica da categoria, confundem valor e riqueza material. Tais abordagens esvaziam a categoria valor de sua especificidade histórica e não são capazes de compreender a concepção de Marx quanto ao caráter contraditório das formas sociais básicas que subjazem à sociedade capitalista. Elas tendem a ver o modo de produção como um processo essencialmente técnico imposto por forças e instituições sociais, e tendem a ver o desenvolvimento histórico da produção como um desenvolvimento tecnológico linear que pode ser contido por fatores sociais extrínsecos como a propriedade privada, em vez de um processo intrinsecamente técnico-social, cujo desenvolvimento é contraditório. Tais interpretações, em suma, falham em compreender fundamentalmente a natureza da análise crítica de Marx.

A análise de Marx sobre as diferenças entre valor e riqueza material é fundamental para a sua concepção do caráter contraditório da sociedade capitalista. Ele argumenta que o valor de fato não é suficiente para o potencial da ciência e da tecnologia quanto à produção da riqueza e, ainda assim, continua sendo a determinação básica da riqueza e das relações sociais no capitalismo. Essa contradição está enraizada na dualidade do trabalho no capitalismo. Ela estrutura, na sociedade capitalista, a crescente tensão interna que dá forma a uma ampla gama de desenvolvimentos históricos e fenômenos sociais. Na Parte III deste trabalho, tratarei das questões da dinâmica intrínseca da

³¹ Paul Walton e Andrew Gamble, *From Alienation to Surplus Value*, cit., p. 203-4.

³² Joan Robinson, *An Essay on Marxian Economics*, cit., p. 18.

³³ *Ibidem*, p. 19.

sociedade capitalista e da configuração concreta do processo de produção do capitalismo em relação a essa tensão interna. Argumento que o modo de produção capitalista deve ser entendido não com base em “forças de produção” técnicas separadas das “relações de produção” sociais, mas sim em termos da contradição entre valor e riqueza material, isto é, como uma expressão materializada de ambas as dimensões do trabalho no capitalismo e, portanto, tanto das forças como das relações de produção³⁴ (também sugiro que essa contradição fornece um ponto de partida para a análise, em nível muito abstrato, do problema da transformação histórica das necessidades e da consciência como expresso, por exemplo, por diferentes movimentos sociais).

Interpretarei a dinâmica do capitalismo diante de uma dialética de trabalho e tempo que está enraizada na dualidade das formas de estruturação social desta sociedade. Para tanto, preciso primeiro analisar a forma abstrata de tempo associada ao tempo

³⁴ Em sua tentativa de conceituar as recentes mudanças na sociedade capitalista, Claus Offe trata as duas dimensões do trabalho no capitalismo como dois tipos diferentes de trabalho, que ele distingue levando em consideração se os produtos são criados para o mercado ou não. (Ver Claus Offe, “Tauschverhältnis und politische Steuerung: Zur Aktualität des Legitimationsproblems”, em *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*, Frankfurt, Suhrkamp, 1972, p. 29-31). Ele define o trabalho abstrato como “produtivo”, isto é, trabalho que produz mais-valor, e o trabalho concreto como “não produtivo”. Offe argumenta que o crescimento do Estado e do setor de serviços no capitalismo tardio envolve um aumento do “trabalho concreto” que não produz mercadorias nem é uma mercadoria. Isso resulta em um dualismo de elementos capitalistas e não capitalistas (p. 32). De acordo com Offe, embora essas formas de “trabalho concreto” possam vir a ser funcionais para a criação de valor, elas não estão vinculadas à forma-mercadoria e, assim, levam a uma erosão da legitimação social baseada na troca de equivalentes. A abordagem de Offe difere da de Marx em vários aspectos importantes. As categorias marxianas de trabalho abstrato e concreto não se referem a dois tipos diferentes de trabalho, além disso, as categorias de trabalho produtivo e força de trabalho como mercadoria não são idênticas. Considerando que a dialética marxiana das duas dimensões do trabalho no capitalismo aponta para a possibilidade histórica de uma sociedade baseada em formas muito diferentes de trabalho, o que Offe chama de trabalho não capitalista não representa uma forma qualitativamente diferente. Parece que a intenção de Offe é explicar a insatisfação popular com as formas existentes de trabalho, defendendo que uma maior identificação como conteúdo do trabalho, e sua importância, caracteriza o setor de serviços (p. 47). Embora isso possa ser verdade em algumas partes muito específicas, essa tese é questionável como uma explicação geral, considerando o fato de que os maiores crescimentos no setor de serviços, aparentemente, foram em áreas como zeladoria, limpeza, cozinha e trabalho doméstico (ver Harry Braverman, *Labor and Monopoly Capitalism: The Degradation of Work in the Twentieth Century*, Nova York/Londres, Monthly Review, 1974, p. 372 [ed. bras.: *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro, LTC, 1987]). O ponto principal do argumento de Offe é que o determinante essencial do capitalismo e a base de sua legitimação social é o mercado, que está cada vez mais comprometido com o crescimento do Estado do setor de serviços. Seu pressuposto básico é que a crítica marxiana do capitalismo pode ser adequadamente compreendida como uma crítica da sua forma de legitimação – e que a base dessa legitimação pode ser identificada com o mercado.

de trabalho socialmente necessário e considerar as implicações socioepistemológicas da minha discussão sobre a dimensão temporal das categorias de Marx.

TEMPO ABSTRATO

Ao discutir a grandeza do valor, examinei tanto os aspectos “sociais” como os aspectos “necessários” do tempo de trabalho socialmente necessário. Mas com que tipo de tempo estamos lidando? Como se sabe, as noções de tempo variam cultural e historicamente – sendo a distinção mais comum aquela entre as concepções cíclica e linear de tempo. Por exemplo, G. J. Whitrow ressalta que o tempo compreendido como uma espécie de progressão linear medida pelo relógio e pelo calendário geralmente substituiu concepções cíclicas do tempo na Europa apenas nos últimos séculos³⁵. Considerarei diferentes formas de tempo (bem como diferentes concepções de tempo) e vou distingui-las de outra maneira – a saber, se o tempo é uma variável dependente ou independente – para investigar a relação entre a categoria de tempo de trabalho socialmente necessário, a natureza do tempo na sociedade capitalista moderna e o caráter historicamente dinâmico dessa sociedade.

Chamarei de “concretos” os vários tipos de tempo que são funções de eventos: eles tomam por base e são compreendidos por meio de ciclos naturais e períodos da vida humana, e também tarefas particulares ou processos, por exemplo, o tempo necessário para cozinhar arroz ou rezar um pai-nosso³⁶. Antes do surgimento e do desenvolvimento da sociedade capitalista moderna na Europa ocidental, as concepções dominantes consistiam em várias formas de tempo concreto: o tempo não era uma categoria autônoma, independente dos eventos, e, portanto, poderia ser determinado qualitativamente como bom ou mau, sagrado ou profano³⁷. O tempo concreto é uma categoria mais ampla do que o tempo cíclico, pois há concepções lineares de tempo essencialmente concretas, como a noção judaica de história, definida pelo Êxodo, pelo Exílio, e pela vinda do Messias, ou a concepção cristã em termos da queda, a Crucificação e a Segunda Vinda. O tempo concreto é caracterizado menos por sua direção do que pelo fato de ser uma variável dependente. Nas noções tradicionais

³⁵ Gerald J. Whitrow, *The Nature of Time* (Londres, Penguin, 1975), p. 11.

³⁶ Edward P. Thompson, “Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism”, *Past and Present*, n. 38, 1967, p. 58. Rico em materiais históricos e etnográficos, o artigo de Thompson, é uma excelente análise das mudanças na percepção e na medição do tempo e no vínculo entre tempo e trabalho ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial.

³⁷ Aaron J. Gurevich, “Time as a Problem of Cultural History”, em L. Gardet et al., *Cultures and Time* (Paris, Unesco Press, 1976), p. 241.

judaica e cristã da história, os eventos mencionados não ocorrem dentro do tempo, mas o estruturam e o determinam.

Os modos de cálculo associados ao tempo concreto não se baseiam em uma sucessão de unidades temporais constantes, mas sim em eventos – por exemplo, eventos naturais que se repetem, como dias, ciclos lunares ou estações do ano – ou em unidades temporais que variam. Este último modo de contagem de tempo – provavelmente desenvolvido no antigo Egito, difundiu-se em todo o mundo antigo, o Extremo Oriente e o mundo islâmico, e prevaleceu na Europa até o século XIV – usava unidades de comprimento variável para dividir dia e noite em um número fixo de segmentos³⁸. Ou seja, períodos diários de luz e escuridão eram divididos igualmente em doze “horas” que variavam de comprimento conforme as estações do ano³⁹. Somente nos equinócios uma “hora” diurna era igual a uma “hora” noturna. Tais unidades de tempo variáveis são frequentemente referidas como horas “variáveis” ou “temporais”⁴⁰. Essa forma de contagem de tempo parece estar relacionada aos modos sociais fortemente dominados por ritmos de vida e trabalho agrários, “naturais”, pautados nas estações do ano e nos períodos de dia e noite. Existe uma relação entre a medida do tempo e o tipo de tempo envolvido. O fato de a unidade de tempo não ser constante, mas variar, indica que essa forma de tempo é uma variável dependente, uma função dos acontecimentos, ocorrências ou ações.

Por outro lado, o “tempo abstrato”, termo com que me refiro ao tempo uniforme, contínuo, homogêneo, “vazio”, é independente dos eventos. O conceito de tempo abstrato, que se tornou cada vez mais dominante na Europa ocidental entre os séculos XIV e XVII, foi expresso de forma mais enfática na formulação de Newton de “tempo absoluto, verdadeiro e matemático [que] flui de modo igual, sem relação a qualquer coisa externa”⁴¹. O tempo abstrato é uma variável

³⁸ Gerald J. Whitrow, *The Nature of Time*, cit., p. 23; Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden* (Stuttgart, W. Kohlhammer, 1892), p. 1.

³⁹ Os babilônios e os chineses aparentemente possuíam um sistema de subdivisão do dia em unidades de tempo constantes: ver Joseph Needham, Wang Ling e Derek de Solla Price, *Heavenly Clock-work: the Great Astronomical Clocks of Medieval China* (2. ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1986), p. 199s; Gustav Bilfinger, *Die babylonische Doppelstunde: Eine chronologische Untersuchung* (Stuttgart, A. F. Prechter, 1888), p. 5, 27-30. Entretanto, como explicarei adiante, essas unidades de tempo constantes não podem ser equiparadas com as horas modernas e não implicam um conceito de tempo como variável independente.

⁴⁰ Gerald J. Whitrow, *The Nature of Time*, cit., p. 23; Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 1.

⁴¹ Isaac Newton, *Principia*, citado em Gerald J. Whitrow, *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias* (Rio de Janeiro, Zahar, 1993), p. 147. Newton, de fato, distinguiu entre tempo absoluto e tempo relativo. Ele se referiu ao tempo relativo como “alguma medida perceptível e externa [...] de duração por meio do movimento [...] que é normalmente utilizada

independente, que constitui um quadro independente dentro do qual ocorrem movimentos, eventos e ações. Esse tempo é dividido em unidades iguais, constantes e não qualitativas.

De acordo com Joseph Needham, o conceito de tempo como variável independente, com os fenômenos como sua função, só foi desenvolvido na Europa ocidental moderna⁴². Esse entendimento, que está relacionado à ideia de movimento como um deslocamento funcionalmente dependente do tempo, não existia na Grécia antiga, no mundo islâmico, na Europa medieval, na Índia ou na China (embora existissem unidades de tempo constantes nesta). A divisão do tempo em segmentos intercambiáveis e mensuráveis teria sido estranha ao mundo antigo e à baixa Idade Média⁴³. O tempo abstrato é, portanto, historicamente único; mas em que condições ele surgiu?

As origens do tempo abstrato devem ser buscadas na pré-história do capitalismo, na alta Idade Média. Elas podem estar relacionadas a um tipo de prática social determinada e estruturada, que implicou a transformação do significado social do tempo em algumas esferas da sociedade europeia no século XIV e, até o final do século XVII, estava prestes a se tornar socialmente hegemônica. Mais especificamente, as origens históricas do conceito de tempo abstrato devem ser vistas à luz da constituição da realidade social com a disseminação das relações sociais baseadas na forma-mercadoria.

Como se observa, tanto na Europa medieval até o século XIV como na Antiguidade, o tempo não era concebido como contínuo. O ano era dividido qualitativamente de acordo com as estações e o zodíaco – segundo o qual cada período exerceria sua influência própria e especial⁴⁴ –, e o dia era dividido nas horas variáveis da Antiguidade, que serviram de base para as *horae canonicae*, as horas canônicas da Igreja⁴⁵. O tempo

em lugar do tempo verdadeiro, tal como uma hora, um dia, um mês, um ano” (Louise. R. Heath, *The Concept of Time*, Chicago, University of Chicago Press, 1936, p. 88 [com tradução em português extraída de Isaac Newton, *Principia: princípios matemáticos de filosofia natural*, trad. Trieste Ricci et al., São Paulo, Nova Stella/Edusp, 1990, p. 6-7]). O fato de Newton não fazer distinção entre essas unidades, no entanto, sugere que ele considerava o tempo relativo um modo perceptível de aproximação do tempo absoluto, e não outra forma de tempo.

⁴² Joseph Needham, *Science in Traditional China* (Cambridge/Hong Kong, Harvard University Press/The Chinese University Press, 1981), p. 108.

⁴³ Aaron J. Gurevich, “Time as a Problem of Cultural History”, cit., p. 241.

⁴⁴ Gerald J. Whitrow, *The Nature of Time*, cit., p. 19.

⁴⁵ David S. Landes, *Revolution in Time* (Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press, 1983), nota 15, p. 403; Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 10-3. De acordo com Bilfinger, as origens das horas canônicas estão na divisão romana do dia em vigílias, que são baseadas em horas “temporais”, às quais dois pontos de tempo adicionais foram somados na baixa Idade Média.

contado na Europa medieval era, portanto, o tempo da Igreja⁴⁶. Esse modo de contagem de tempo transformou-se drasticamente no curso do século XIV: de acordo com Gustav Bilfinger, as horas modernas, ou constantes, começaram a aparecer na literatura europeia na primeira metade daquele século e suplantariam as horas variáveis da Antiguidade clássica e as horas canônicas até o início do século XV⁴⁷. A transição histórica de um modo de contagem de tempo baseado em horas variáveis para outro de horas constantes marcou implicitamente o surgimento do tempo abstrato, do tempo como uma variável independente.

A transição na contagem do tempo para um sistema de horas mensuráveis, intercambiáveis e invariáveis está intimamente relacionada com o desenvolvimento do relógio mecânico na Europa ocidental entre final do século XIII e início do século XIV⁴⁸. O relógio, nas palavras de Lewis Mumford, “dissociou o tempo dos eventos humanos”⁴⁹. O surgimento do tempo abstrato não pode, contudo, ser explicado unicamente por um desenvolvimento técnico como a invenção do relógio mecânico. Em vez disso, a própria aparição do relógio mecânico deve ser entendida com referência a um processo sociocultural que essa invenção, por sua vez, reforçou decididamente.

Muitos exemplos históricos indicam que o desenvolvimento de um meio de contagem do tempo baseado em unidades intercambiáveis e invariáveis deve ser entendido socialmente e não apenas em termos dos efeitos da tecnologia. Até o desenvolvimento do relógio mecânico (e seu refinamento no século XVII com a invenção do relógio de pêndulo por Christiaan Huygen), a forma mais sofisticada de marcar o tempo que se conhecia era a clepsidra – ou relógio de água. Vários tipos de relógios de água eram usados nas sociedades helenística e romana e tinham ampla difusão na Europa e na Ásia⁵⁰. O importante para o nosso propósito é o fato de que, embora os relógios de água operassem com base em um processo mais ou menos uniforme – o fluxo da água –, eles eram usados para marcar horas variáveis⁵¹. Conseguia-se isso construindo as partes do relógio de maneira que, mesmo com o fluxo da água constante, o indicador

⁴⁶ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 75; Jacques Le Goff, “Merchant’s Time and Church’s Time in the Middle Ages”, em *Time, Work, and Culture in the Middle Ages* (trad. Arthur Goldhammer, Chicago/Londres, University of Chicago Press, 1980), p. 29-30, 36.

⁴⁷ Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 157.

⁴⁸ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 8, 75; Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 157; Jacques Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, em *Time, Work, and Culture in the Middle Ages*, cit., p. 43.

⁴⁹ Lewis Mumford, *Technics and Civilization* (Nova York, Harper, 1934), p. 15.

⁵⁰ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 9.

⁵¹ Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 146; David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 8-9.

variava de acordo com as estações. Menos frequentemente, foi adotado um mecanismo complexo que permitia que o próprio fluxo da água variasse com as estações. Com isso, foram construídos relógios de água complexos que marcavam as horas (variáveis) com campainhas. (O califa Haroun al-Rashid teria presenteado Carlos Magno com um relógio desse tipo em 807.)⁵² Em todo caso, teria sido tecnicamente mais simples usar os relógios de água para marcar horas constantes e uniformes. A marcação de horas variáveis não se devia, portanto, a limitações técnicas. Em vez disso, os motivos parecem ter sido sociais e culturais: as horas variáveis aparentemente eram significativas, enquanto as horas uniformes não o eram.

O exemplo da China indica com nitidez que o surgimento do tempo abstrato e do relógio mecânico está relacionado a aspectos sociais e culturais, e não meramente ao caso da habilidade técnica ou da existência de algum tipo de unidade de tempo constante. Em vários aspectos, o nível de desenvolvimento tecnológico da China era mais alto do que o da Europa medieval antes do século XIV. De fato, o Ocidente apoderou-se de inovações chinesas como o papel e a pólvora, com consequências importantes⁵³. Mesmo assim, os chineses não desenvolveram um relógio mecânico ou qualquer outro instrumento que, além de indicar horas uniformes, também fosse usado principalmente para a organização da vida social. Isso parece particularmente intrigante na medida em que o sistema mais antigo de horas variáveis, em uso na China desde cerca de 1270 a. C., havia sido substituído por um sistema de horas constantes: depois do século II a.C., a China adotou o sistema babilônio de contagem de tempo, que dividia o dia e a noite em doze “horas duplas” iguais e constantes⁵⁴. Os chineses desenvolveram, ainda, a técnica de medir essas horas constantes. Entre 1088 e 1094 d.C., o diplomata e administrador Su Sung coordenou e planejou a construção de uma gigantesca torre com um relógio astronômico movido a água para o imperador chinês⁵⁵. Esse era, talvez, o mais sofisticado dentre os vários mecanismos de relojoaria desenvolvidos na China entre os séculos II e XV⁵⁶. Era sobretudo um instrumento para indicar e estudar os movimentos dos corpos celestes, que também indicava horas constantes e “quartos

⁵² Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 146, 158-9; David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., figura 2, p. 236.

⁵³ Joseph Needham, *Science in Traditional China*, cit., p. 122.

⁵⁴ Ver Joseph Needham et al., *Heavenly Clockwork*, (Cambridge, Cambridge University Press, 1986), p. 199-203; Gustav Bilfinger, *Die babylonische Doppelstunde: Eine chronologische Untersuchung*, cit., p. 45-52. (Agradeço a Rick Biernacki por chamar minha atenção para o problema das horas constantes usadas na China.)

⁵⁵ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 17-8; Joseph Needham et al., *Heavenly Clockwork*, cit., p. 1-59.

⁵⁶ Joseph Needham et al., *Heavenly Clockwork*, cit., p. 60-169.

de hora” (*k'o*)⁵⁷. Todavia, nem o aparelho nem a marcação de horas iguais parecem ter tido grande efeito social. Nenhum instrumento desse tipo – nem mesmo em versões menores e modificadas – foi produzido em larga escala e usado para organizar a vida diária. Não se pode alegar falta de sofisticação tecnológica nem desconhecimento de horas constantes para justificar a não invenção do relógio mecânico na China. O que parece mais importante é que as “horas duplas” constantes aparentemente não eram significativas para a vida social.

De acordo com David Landes, havia pouca necessidade social na China para o tempo fosse expresso em unidades constantes, como horas ou minutos. A vida no campo e nas cidades era regulada pelo ciclo diário de eventos naturais e tarefas, e a noção de produtividade, no sentido de produção por unidade de tempo, era desconhecida⁵⁸. Além disso, a contagem de tempo urbana era regulada a partir de cima, tomando como referência, ao que parece, as cinco “vigílias da noite”, que eram períodos de tempo variáveis⁵⁹.

Se fosse esse o caso, qual o significado das “horas duplas” constantes usadas na China? Embora uma discussão completa desse problema esteja além do escopo deste livro, é importante notar que, em vez de serem numeradas serialmente, essas unidades de tempo tinham nomes⁶⁰. Isso não só significava que não existiam formas inequívocas de anunciar cada hora (por exemplo, com tambores ou gongos), mas sugere que, embora iguais, aquelas unidades não eram abstratas – ou seja, mensuráveis e intercambiáveis. Essa impressão é reforçada pelo fato de que as doze “horas duplas” estavam diretamente ligadas à sucessão astronômica dos signos do zodíaco, que certamente são unidades não intercambiáveis⁶¹. Havia um paralelismo consciente entre o percurso diário e anual do sol, e os “meses” e as “horas” de mesmo nome⁶². Em seu conjunto, esses signos designavam um “sistema cósmico” harmonioso e simétrico.

Parece, contudo, que esse sistema cósmico não servia para organizar o que consideraríamos o aspecto “prático” do cotidiano. Já vimos que os relógios chineses movidos a água inicialmente não foram concebidos como relógios, mas como instrumentos astronômicos. Assim, como aponta Landes, sua precisão era verificada “não pela comparação

⁵⁷ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 18, 29-30.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 25.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 26, nota 24 p. 396; Joseph Needham et. al., *Heavenly Clockwork*, cit., p. 199, 203-5.

⁶⁰ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 27.

⁶¹ Joseph Needham et. al., *Heavenly Clockwork*, cit., p. 200.

⁶² Gustav Bilfinger, *Die babylonische Doppelstunde: Eine chronologische Untersuchung*, cit., p. 38-43.

do tempo com os céus, mas pela cópia dos céus com os céus⁶³. Essa aparente separação entre o aspecto cósmico inscrito nos mecanismos chineses e a vida “prática” também é sugerida pelo fato de que, embora medissem o ano solar, os chineses recorriam a um calendário lunar para coordenar a vida social⁶⁴. Também não usavam as doze “casas” do seu zodíaco “babilônio” para indicar a posição dos corpos celestes, mas adotavam para esse fim um “zodíaco lunar” de 28 partes⁶⁵. Por fim, como já foi dito, as “horas duplas” constantes empregadas na China aparentemente não serviam para organizar a vida social cotidiana; o fato de que o instrumento técnico de Su Sung não fez diferença nesse aspecto sugere, portanto, que as unidades de tempo constantes “babilônias” em uso na China não eram do mesmo tipo de unidades constantes associadas ao relógio mecânico. Elas não eram realmente unidades de tempo abstrato, de tempo como variável independente, com fenômenos com sua função; em vez disso, poderiam ser mais bem entendidas como unidades de tempo concreto “celestial”.

A origem de tempo abstrato, portanto, parece estar relacionada à organização do tempo social. O tempo abstrato, aparentemente, não pode ser entendido apenas como unidades invariáveis de tempo mais do que suas origens podem ser atribuídas a instrumentos técnicos. Assim como as torres chinesas de relógios de água não provocaram mudanças na organização da vida social, a introdução dos relógios mecânicos na China no final do século XVI pelo missionário jesuíta Matteo Ricci também foi inócua nesse aspecto. Grande quantidade de relógios europeus foi importada para a China por membros da corte imperial e outras pessoas de altos cargos, cópias inferiores eram até mesmo produzidas lá. Entretanto, eles aparentemente eram considerados e usados como brinquedos e não teriam adquirido um significado social prático⁶⁶. A vida e o trabalho na China não eram organizados com base em unidades de tempo constantes nem passaram a sê-lo com a introdução do relógio mecânico⁶⁷. O relógio mecânico portanto, em si e por si, não deu origem ao tempo abstrato.

Essa conclusão é reforçada ainda mais pelo exemplo do Japão. Ali, as horas antigas, variáveis, foram mantidas depois da adoção do relógio mecânico trazido pelos europeus no século XVI. Os japoneses chegaram a modificar o relógio mecânico construindo números móveis nos mostradores, que eram ajustados para indicar as horas variáveis

⁶³ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 30.

⁶⁴ Gustav Bilfinger, *Die babylonische Doppelstunde: Eine chronologische Untersuchung*, cit., p. 33, 38.

⁶⁵ Ibidem, p. 46.

⁶⁶ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 37-52; Carlo M. Cipolla, *Clocks and Culture, 1300-1700* (Londres, Collins, 1967), p. 89.

⁶⁷ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 44.

tradicionais⁶⁸. A adoção das horas constantes no Japão no último terço do século XIX não foi resultado da introdução do relógio mecânico, mas parte do programa de ajuste econômico, social e científico ao mundo capitalista, que marcou a Restauração Meiji⁶⁹.

Um último exemplo da Europa bastará para mostrar que o surgimento histórico das horas constantes de tempo abstrato deve ser entendido a partir de seu significado social. Os *Libros del saber de astronomia*, uma obra preparada para o rei Alfonso X de Castela em 1276, descreve o relógio movido por um peso ligado a uma roda internamente dividida em compartimentos parcialmente cheios de mercúrio, que atuavam como freio inercial⁷⁰. Apesar de o mecanismo ser de um relógio capaz de indicar horas invariáveis, o mostrador foi construído para exibir horas variáveis⁷¹. E embora as campainhas desse relógio, por causa da natureza do mecanismo, anunciassem horas regulares, o autor do livro não as considerava unidades de tempo significativas⁷².

O problema duplo das origens do tempo entendido como variável independente e do desenvolvimento do relógio mecânico deve, pois, ser examinado à luz das circunstâncias sob as quais as horas invariáveis e constantes se tornaram formas significativas de organização da vida social.

Dois elementos institucionalizados de vida social na Europa medieval foram caracterizados por uma preocupação maior com o tempo e sua medida: os mosteiros e os centros urbanos. Nas ordens monásticas do Ocidente, os serviços religiosos foram ordenados temporalmente e vinculados às horas variáveis pela regra beneditina no século VI⁷³. Essa organização do dia monástico estabeleceu-se mais firmemente e a importância da disciplina com relação ao horário ganhou maior ênfase entre os séculos XI e XIII. Isso foi particularmente verdadeiro para a Ordem de Cister, fundada no início do século XII, que executava projetos relativamente grandes de agricultura, manufatura e mineração e enfatizava a disciplina com relação ao horário tanto na organização do trabalho como na organização das preces, refeições e descanso⁷⁴. Os períodos de tempo eram anunciados aos monges por sinos tocados manualmente. Parece ter havido uma relação entre o aumento da atenção ao tempo e o crescimento da demanda e melhorias em relógios de água nos séculos XII e XIII. Esses relógios provavelmente eram necessários para determinar com maior precisão quando as horas

⁶⁸ Ibidem, p. 77.

⁶⁹ Ibidem, nota 13, p. 409; Wilhelm Brandes, *Alte japanische Uhren* (Munique, Klinkhardt & Biermann, 1984), p. 4-5.

⁷⁰ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 10.

⁷¹ Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 159.

⁷² Ibidem, p. 160.

⁷³ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 61.

⁷⁴ Ibidem, p. 62, 69.

(variáveis) deveriam ser tocadas. Além disso, formas rudimentares de “marcadores de tempo”, equipados com campainhas, talvez acionadas mecanicamente, foram usadas para despertar os monges que tocavam os sinos para o serviço noturno⁷⁵.

Entretanto, apesar da ênfase monástica na disciplina com relação ao horário e das melhorias nos mecanismos de medição do tempo que lhe são associados, a transição do sistema de horas variáveis para o sistema de horas constantes e o desenvolvimento do relógio mecânico, aparentemente, não começaram nos mosteiros, mas nos centros urbanos ao final da Idade Média⁷⁶. Por que isso aconteceu? No começo do século XIV, as comunas urbanas na Europa ocidental, que haviam crescido e se beneficiado enormemente da expansão econômica dos séculos anteriores, passaram a usar uma variedade de sinos para regular suas atividades. A vida urbana era cada vez mais marcada pelo toque de uma vasta gama de carrilhões que assinalavam a abertura e o fechamento de vários mercados, indicavam o início e o fim do dia de trabalho, anunciavam assembleias, alertavam para o toque de recolher e o horário a partir do qual não se podia mais servir nenhum tipo de álcool, davam o alarme de incêndio ou perigo, e assim por diante⁷⁷. Como os mosteiros, as cidades desenvolveram a necessidade de organizar melhor o tempo.

Entretanto, o fato de um sistema de horas *constantes* ter surgido nas cidades e não nos mosteiros aponta para uma diferença significativa. Essa diferença, segundo Bilfinger, estava enraizada nos interesses muito diferentes envolvidos na manutenção do velho sistema de contagem do tempo. A relação entre a definição do tempo e seu controle social, por um lado, e a dominação social, por outro, estava em questão. Bilfinger argumenta que a Igreja poderia estar interessada em medir o tempo, mas não estava nem um pouco interessada em mudar o velho sistema de horas variáveis (*as horae canonicae*), estreitamente ligado à sua posição dominante na sociedade europeia⁷⁸. As cidades, por sua vez, não tinham interesse em manter aquele sistema e, por isso, puderam explorar a fundo a invenção do relógio mecânico, introduzindo um novo sistema de horas⁷⁹. O desenvolvimento de horas constantes, portanto, teve sua origem na transição de uma divisão eclesiástica do tempo para uma divisão secular, diz Bilfinger, e estava relacionado ao florescimento da burguesia urbana⁸⁰. Esse argumento, na minha

⁷⁵ Ibidem, p. 63, 67-9.

⁷⁶ Ibidem, p. 71-6; Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 160-5; Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 44-52.

⁷⁷ Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 163-5.

⁷⁸ Ibidem, p. 158-60.

⁷⁹ Ibidem, p. 163.

⁸⁰ Ibidem, p. 158.

opinião, está subespecificado. Bilfinger concentra-se nos fatores que impediam a Igreja de adotar um sistema de horas constantes e percebe a ausência de tais restrições entre a burguesia urbana. Isso sugere que o sistema de horas constantes resultou de uma inovação tecnológica na ausência de restrições sociais. Como indiquei, entretanto, os recursos técnicos para a medição de horas constantes existiam desde muito antes do século XIV. Além disso, a mera ausência de razões para não adotar horas constantes não parece suficiente para explicar os motivos de sua adoção.

David Landes sugeriu que o sistema de horas constantes tinha suas raízes na organização temporal do dia “artificial” dos cidadãos, que diferia do dia “natural” dos camponeses⁸¹. Entretanto, as diferenças entre o ambiente urbano e o rural, e entre os tipos de trabalho em cada um deles, são uma explicação insuficiente: afinal, grandes cidades existiram em muitas partes do mundo bem antes do surgimento do sistema de horas constantes nas cidades da Europa ocidental. O próprio Landes observa que na China o padrão da vida e trabalho nas cidades e no campo era regulado pelo mesmo ciclo diário de eventos naturais⁸². Além disso, o dia de trabalho nas cidades da Europa medieval até o século XIV – que era dividido aproximadamente de acordo com as *horae canonicae* – também era definido pelo tempo “natural” variável, desde o alvorecer até o pôr do sol⁸³.

A transição entre unidades de tempo variáveis e constantes nos centros urbanos europeus no século XIV não pode, pois, ser entendida adequadamente em termos da natureza da vida urbana em si. Antes, é necessária uma razão mais específica, que possa fundamentar essa transição socialmente. A diferença implícita na relação com o tempo nos dois sistemas não se limita a definir se a disciplina teve ou não um papel importante na estruturação do curso diário da vida e do trabalho; tal disciplina, como vimos, era sobretudo uma característica da vida monástica. A diferença entre o sistema de horas variáveis e o de horas constantes também é expressa em dois tipos diferentes de disciplina de tempo. Embora o estilo de vida desenvolvido nos mosteiros medievais fosse estritamente regulado pelo tempo, essa regulação era efetuada por uma série de horários definidos para a execução das diversas atividades. Essa forma de disciplina de tempo não exige, não implica nem depende de unidades de tempo constantes, ela é bastante distinta de uma outra forma de disciplina na qual as unidades de tempo servem como a *medida* da atividade. Como exporei, a transição para unidades de tempo constantes deve ser mais especificada à luz de uma nova forma de relações sociais, uma nova forma social que não pode ser totalmente apreendida em termos de categorias sociológicas como “vida rural” e “vida urbana”, e que está ligada ao tempo abstrato.

⁸¹ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 72.

⁸² *Ibidem*, p. 25.

⁸³ Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 44.

Jacques Le Goff, em sua investigação sobre essa transição – que ele descreve como a transição entre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores⁸⁴, ou entre tempo medieval e o tempo moderno⁸⁵ –, concentra-se na proliferação de vários tipos de sinos nas cidades medievais europeias, especialmente as campainhas de trabalho, que surgiram e se difundiram rapidamente nas localidades produtoras de tecidos do século XIV⁸⁶. Com base na discussão de Le Goff, sugerirei brevemente como os sinos de trabalho podem ter desempenhado um importante papel no surgimento de um sistema de unidades constantes de tempo e, por conseguinte, do relógio mecânico. Os sinos de trabalho em si eram uma expressão de uma nova forma social que começara a surgir, particularmente na indústria têxtil medieval. Essa indústria não produzia exclusivamente para o mercado local, como muitas “indústrias” medievais, mas, ao lado da indústria de metal, foi a primeira a dedicar-se à produção em massa para exportação⁸⁷. Os artesãos da maioria das outras indústrias vendiam sua produção, mas na indústria têxtil havia uma separação rigorosa entre os mercadores de tecidos, que distribuíam a lã para os trabalhadores, recolhiam o tecido pronto e o vendiam, e os trabalhadores, muitos dos quais eram assalariados “puros”, que possuíam apenas sua força de trabalho. O trabalho geralmente era feito em oficinas pequenas que pertenciam a tecelões-mestres, pisoeiros, tintureiros e cortadores, que possuíam ou alugavam equipamentos – como os teares –, recebiam a matéria-prima e os salários dos mercadores de tecidos e supervisionavam os trabalhadores contratados⁸⁸. O princípio organizador da indústria têxtil medieval, em outras palavras, era uma forma primitiva de relação entre capital e trabalho assalariado. Era uma forma de produção de relativa larga escala, sob controle privado para troca (isto é, visando ao lucro) baseada em trabalho assalariado e que tanto pressupunha como contribuía para a crescente monetarização de alguns setores da sociedade medieval. Implícita nessa forma de produção estava a importância da produtividade. O lucro, objetivo dos mercadores, dependia em parte da diferença entre o valor do tecido produzido e os salários que pagavam – isto é, na produtividade da força de trabalho que contratavam. Assim, a produtividade, que de acordo com Landes era uma categoria desconhecida na China (em oposição a “negócio”)⁸⁹ – foi constituída,

⁸⁴ Idem, “Merchant’s Time and Church’s Time in the Middle Ages”, cit., p. 29-42.

⁸⁵ Idem, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 43-52.

⁸⁶ Ibidem, p. 47-8. David Landes também atenta ao significado dos sinos de trabalho: ver *Revolution in Time*, cit., p. 72-6.

⁸⁷ Henri Pirenne, *Belgian Democracy* (trad. James V. Saunders, Manchester, The University Press/Longmans, Green & Co., 1915), p. 92.

⁸⁸ Ibidem, p. 92, 96-7.

⁸⁹ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 25.

pelo menos implicitamente, como uma importante categoria social na indústria têxtil da Europa ocidental medieval.

A produtividade do trabalho dependia, evidentemente, do grau em que este podia ser disciplinado e coordenado de maneira regular. Isso, de acordo com Le Goff, se tornou uma questão cada vez mais contenciosa entre os trabalhadores e os empregadores, como resultado da crise econômica do final do século XIII, que afetou fortemente a indústria têxtil⁹⁰. Como os trabalhadores eram pagos diariamente, o conflito se concentrou na duração e na definição da jornada de trabalho⁹¹. Ao que parece, foram os trabalhadores que, no início do século XIV, exigiram o prolongamento da jornada para aumentar seus salários, cujo valor real tinha diminuído em consequência da crise. Muito rapidamente, contudo, os mercadores aproveitaram a questão da jornada e procuraram colocá-la a seu favor, regulando-a mais estritamente⁹². Foi nesse período, segundo Le Goff, que as campanhas de trabalho, que publicamente marcavam o começo e o fim da jornada, bem como os intervalos para as refeições, difundiram-se nas cidades produtoras de tecido da Europa⁹³. Uma de suas funções primárias era coordenar o tempo de trabalho de grandes números de trabalhadores. As cidades produtoras de tecido em Flandres, naquela época, pareciam grandes fábricas. A cada manhã, milhares de trabalhadores enchiam suas ruas a caminho das oficinas, onde começavam e terminavam seu trabalho ao soar do sino municipal⁹⁴.

Igualmente importantes, os sinos de trabalho marcaram um período de tempo – a jornada de trabalho – que antes era determinado “naturalmente”, do nascer ao pôr do sol. As reivindicações dos trabalhadores por um dia de trabalho mais longo (ou seja, mais longo do que o período de luz solar) já implicam um afrouxamento do vínculo com o tempo “natural” e o surgimento de uma nova medida de duração. De fato, isso não significa que um sistema padronizado de horas iguais foi introduzido imediatamente, houve um período de transição durante o qual não está claro se as horas do dia de trabalho continuaram a ser as antigas horas variáveis, que mudavam conforme as estações, ou se inicialmente foram padronizadas em durações de verão e inverno⁹⁵. No entanto, pode-se argumentar que o movimento em direção a unidades de tempo

⁹⁰ Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 45-6.

⁹¹ David S. Landes, *Revolution in Time*, cit., p. 73-4.

⁹² Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 45.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Eleanora Carus-Wilson, “The Woolen Industry”, em Michael Postan e Edwin E. Rich (orgs.), *The Cambridge Economic History of Europe* (Cambridge, Cambridge University Press, 1952), v. 2, p. 386.

⁹⁵ Sylvia Thrupp, “Medieval Industry 1000-1500”, em Carlo M. Cipolla (org.), *The Fontana Economic History of Europe* (Glasgow, William Collins, 1972), v. 1, p. 255.

uniformes estava potencialmente presente, uma vez que o dia de trabalho regularizado e padronizado não mais vinculado diretamente ao ciclo diurno se constituiu historicamente. O dia de trabalho passou a ser definido de acordo com uma temporalidade que não era uma variável dependente das variações sazonais das durações de luz e escuridão. Esse é o significado do fato de a questão central das lutas dos trabalhadores no século XIV ter sido a duração da jornada de trabalho⁹⁶. A duração da jornada de trabalho não constitui um problema enquanto for determinada “naturalmente”, do nascer ao pôr do sol, o fato de ela ter se tornado um problema e ter sido determinada como resultado de uma luta e não pela tradição implica uma transformação no caráter social da temporalidade. A luta sobre a duração da jornada de trabalho não só é, como observa Anthony Giddens, “a expressão mais direta dos conflitos de classe na economia capitalista”⁹⁷, como também expressa e contribui para a constituição social do tempo como uma medida abstrata de atividade.

A temporalidade como uma medida de atividade é diferente de uma temporalidade medida por eventos. Implicitamente, é uma espécie uniforme de tempo. O sistema de sinos de trabalho, como vimos, desenvolveu-se dentro do contexto da produção em larga escala para troca, com base no trabalho assalariado. Marcou o surgimento histórico de uma relação social *de facto* entre o nível dos salários e a produção do trabalho medida temporalmente – que, por sua vez, implicava a noção de produtividade, da produção do trabalho por tempo medido em unidades. Em outras palavras, com o aparecimento das primeiras formas capitalistas de relações sociais nas comunas urbanas produtoras de tecido na Europa ocidental, surgiu uma forma de tempo que era não só uma medida, mas também uma norma obrigatória para a atividade. Esse tempo é divisível em unidades constantes e dentro de uma estrutura social constituída pela nascente forma-mercadoria, essas unidades também são socialmente significativas.

Estou sugerindo que a emergência dessa nova forma de tempo estava relacionada ao desenvolvimento das relações sociais da forma-mercadoria. Tinha suas raízes não apenas na esfera da produção, mas também na da circulação de mercadorias. Com a organização de redes comerciais no Mediterrâneo e na região dominada pela Liga Hanseática, maior ênfase foi colocada sobre o tempo como medida. Isso ocorreu por causa da questão crucial da duração do trabalho na produção e por fatores como a duração de uma viagem comercial ou a flutuação dos preços no decorrer de uma transação terem se tornado objetos de medição cada vez mais importantes⁹⁸.

⁹⁶ Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 47.

⁹⁷ Anthony Giddens, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, cit., p. 120.

⁹⁸ Le Goff, “Merchants’ Time and Church’s Time in the Middle Ages”, cit., p. 35; Kazimierz Piesowicz, “Lebensrhythmus und Zeitrechnung in der vorindustriellen und in der industriellen Gesellschaft”, *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht*, 31, n. 8, 1980, p. 477.

Foi neste contexto social que os relógios mecânicos foram desenvolvidos na Europa ocidental. A introdução de relógios sonoros colocados em torres pertencentes aos municípios (e não à Igreja) ocorreu logo depois da adoção do sistema de sinos de trabalho e se espalhou muito rapidamente pelas principais áreas urbanizadas da Europa no segundo quartel do século XIV⁹⁹. Os relógios mecânicos certamente contribuíram para a disseminação de um sistema de horas constantes; no final do século XIV, a hora de 60 minutos estava firmemente estabelecida nas principais áreas urbanizadas da Europa ocidental, substituindo o dia como unidade fundamental de tempo de trabalho¹⁰⁰. Essa explicação sugeria, entretanto, que as origens desse sistema temporal e o surgimento de um conceito de tempo matemático abstrato não podem ser atribuídos à invenção e à difusão do relógio mecânico. Mais propriamente, essa invenção tecnológica em si, bem como o conceito de tempo abstrato, precisa ser entendida à luz da constituição “prática” desse tempo, isto é, com referência a uma forma nascente de relações sociais que deu origem a unidades de tempo constantes e, conseqüentemente, ao tempo abstrato, como socialmente “real” e significativo¹⁰¹. Conforme observa A. C. Crombie, “quando o relógio mecânico de Henri de Vick, dividido em 24 horas iguais, foi instalado no Palais Royale em Paris em 1370, o tempo da vida prática estava em vias de se tornar um tempo matemático abstrato de unidades em uma escala que pertence ao domínio da ciência”¹⁰².

Embora tenha emergido socialmente no final da Idade Média, o tempo abstrato só se generalizou muito mais tarde. Não apenas a vida rural continuou sendo regida pelos ritmos das estações como, mesmo nas cidades, o tempo abstrato só afetava diretamente a vida dos mercadores e um número relativamente pequeno de assalariados. Além disso, o tempo abstrato permaneceu local por séculos e só recentemente o mesmo horário passou a ser compartilhado em grandes áreas¹⁰³. Mesmo a hora zero, o começo do dia, variava muito depois da disseminação do relógio mecânico, até ser finalmente padronizada à meia-noite, isto é, em um ponto de tempo “abstrato”, independente das transições perceptíveis do nascer e do pôr do sol. Foi a padronização dessa hora zero abstrata que completou a criação do que Bilfinger chama de “dia burguês”¹⁰⁴.

⁹⁹ Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 49.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ David Landes, por exemplo, parece ter fundamentado a mudança nas unidades de tempo no próprio relógio mecânico: ver *Revolution in Time*, cit., p. 75-8.

¹⁰² Alistair C. Crombie, “Quantification in Medieval Physics”, em Sylvia Thrupp (org.), *Change in Medieval Society* (Nova York, Appleton-Century-Crofts, 1964), p. 201. Edward P. Thompson também observa que a medição do tempo de trabalho antecedeu a difusão do relógio: ver “Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism”, cit., p. 61.

¹⁰³ Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 49.

¹⁰⁴ Gustav Bilfinger, *Der bürgerliche Tag* (Stuttgart, W. Kohlhammer, 1888), p. 226-31, citado em Kazimierz Piesowicz, “Lebensrhythmus und Zeitrechnung in der vorindustriellen und in der industriellen Gesellschaft”, cit., p. 479.

O “progresso” do tempo abstrato como forma dominante de tempo está estreitamente ligado ao “progresso” do capitalismo como forma de vida. Ele se tornou crescentemente predominante à medida que a forma-mercadoria se tornava a forma dominante de estruturação da vida social ao longo dos séculos seguintes. Somente no século XVII que a invenção do relógio do pêndulo por Huygens fez do relógio mecânico um instrumento de medição confiável e que a noção do tempo matemático abstrato foi formulada explicitamente. Todavia, as mudanças no início do século XIV que sublinhei tiveram ramificações importantes. A igualdade e divisibilidade de unidades de tempo constantes abstraídas da realidade sensorial de luz ou escuridão e das estações tornaram-se uma característica do cotidiano das cidades (embora não tenham afetado igualmente a todos os moradores urbanos), assim como a igualdade e divisibilidade do valor, expresso na forma-dinheiro, que é abstraído da realidade sensorial de vários produtos. Esses momentos na crescente abstração e quantificação dos objetos cotidianos – na verdade, de vários aspectos da própria vida cotidiana – provavelmente desempenharam um importante papel na transformação da consciência social. Isso é sugerido, por exemplo, pelo tempo dotado de novo significado, pela maior importância da aritmética na Europa do século XIV¹⁰⁵ e pelo nascimento da mecânica moderna, com o desenvolvimento da teoria do ímpeto pela Escola de Paris¹⁰⁶.

A forma abstrata de tempo associada à nova estrutura de relações sociais também expressava uma nova forma de domínio. O novo tempo proclamado pelas torres de relógio – frequentemente erigidas em frente aos campanários das igrejas – era o tempo

¹⁰⁵ Landes frisa isso mas se concentra apenas na igualdade do tempo, que ele fundamenta no próprio relógio mecânico (ver *Revolution in Time*, cit., p. 77-8). Ele, assim, não dá atenção às outras dimensões da nascente forma-mercadoria. Sugerir algumas outras implicações da análise das categorias de Marx para uma teoria sócio-histórica do conhecimento. A consideração da relação entre formas de relações sociais e formas de subjetividade não deve ser limitada a formas de pensamento, ela pode ser estendida a outras dimensões da subjetividade e a transformações históricas nos modos de subjetividade. Os efeitos dos processos de abstração e de quantificação abstrata como processos cotidianos e das formas relacionadas de racionalidade que se tornaram dominantes com o crescente domínio da forma-mercadoria podem também, por exemplo, ser examinadas em relação à forma de educação e às determinações modificadas da infância que surgiram no início do período moderno (ver Philippe Ariès, *Centuries of Childhood*, Nova York, Knopf, 1962). As dimensões adicionais das transformações históricas na subjetividade poderiam ser examinadas, com referência a uma análise categórica da civilização capitalista, incluem as mudanças psíquicas e sócio-habituais no mesmo período, como o rebaixamento do limiar da vergonha, descrito por Norbert Elias em *The Civilizing Process* (Nova York, Pantheon Books, 1982), ou aqueles incluídos na tese de Marcuse, segundo a qual o princípio do desempenho é a forma histórica específica do princípio da realidade na sociedade capitalista (*Eros and Civilization*, cit.). Em geral, me parece que uma teoria das formas sociais poderia ser útil na abordagem da constituição social e histórica da subjetividade no nível das estruturas psíquicas e meios tácitos do estar no mundo, bem como as formas de pensamento.

¹⁰⁶ Le Goff, “Labor Time in the ‘Crisis’ of the Fourteenth Century”, cit., p. 50.

associado a uma nova ordem social, dominada pela burguesia, que não apenas controlava as cidades política e socialmente, como também começava a roubar a hegemonia cultural da Igreja¹⁰⁷. Diferentemente do tempo concreto da Igreja, uma forma de temporalidade ostensivamente controlada por uma instituição social, o tempo abstrato, assim como outros aspectos da dominação na sociedade capitalista, é “objetivo”. Seria, porém, um erro considerar esta “objetividade” como um mero disfarce para os interesses concretos e particularistas da burguesia. Quanto a outras formas de categorias sociais investigadas nesta obra, o tempo abstrato é uma forma que emergiu historicamente com o desenvolvimento da dominação da burguesia e serviu aos interesses daquela classe, mas também ajudou a constituir esses interesses historicamente (de fato, a própria categoria de “interesses”) e expressa uma forma de dominação além daquela da classe dominante. As formas sociais temporais, como demonstrarei, têm uma vida própria e são imperiosas para todos os membros da sociedade capitalista – embora de uma maneira que beneficia materialmente a classe burguesa. Apesar de constituído socialmente, o tempo no capitalismo exerce uma forma abstrata de obrigatoriedade. Como diz Aaron Gurevich:

A cidade se tornou dona do seu próprio tempo [...] no sentido de que o tempo foi tirado do controle da Igreja. Mas é também verdade que exatamente na cidade o homem deixou de ser dono do tempo, porque o tempo, agora livre para passar independentemente do homem e dos acontecimentos, estabeleceu sua tirania, à qual os homens são obrigados a se submeter.¹⁰⁸

A tirania do tempo na sociedade capitalista é uma dimensão central na análise das categorias marxianas. Na minha consideração da categoria do tempo de trabalho socialmente necessário, demonstrei até agora que ela não descreve simplesmente o tempo despendido na produção de uma determinada mercadoria, mas é uma categoria que, em virtude de um processo de mediação social geral, determina a quantidade de tempo que os produtores *devem* gastar se quiserem receber o valor total do seu tempo de trabalho. Em outras palavras, como resultado da mediação social geral, o dispêndio de tempo de trabalho é transformado em uma norma temporal que não apenas é abstraída de, mas também se sobrepõe à ação individual e a determina. Tal como o trabalho é transformado da ação de indivíduos em princípio geral alienado da totalidade a qual estes estão submetidos, o dispêndio de tempo é transformado de um resultado *da* atividade em uma medida normativa *para* a atividade. Embora, como veremos, a grandeza do tempo de trabalho socialmente necessário seja uma variável

¹⁰⁷ Ibidem, p. 46; Gustav Bilfinger, *Die mittelalterlichen Horen und die modernen Stunden*, cit., p. 142, 160-3; Aaron J. Gurevich, “Time as a Problem of Cultural History”, cit., p. 241.

¹⁰⁸ Aaron J. Gurevich, “Time as a Problem of Cultural History”, cit., p. 242. Ver também Guy Debord, *Society of the Spectacle* (Detroit, Black & Red, 1983).

dependente da sociedade como um todo, ela é uma variável independente em relação à atividade individual. Esse processo, por meio do qual uma variável concreta e dependente da atividade humana se torna uma variável abstrata e independente que rege essa atividade, é real e não ilusório. Ele é intrínseco ao processo de constituição social alienada efetuado pelo trabalho.

Sugeri que essa forma de alienação temporal envolve uma transformação da natureza do tempo em si. Não apenas o tempo de trabalho socialmente necessário é constituído como uma norma temporal “objetiva”, que exerce uma obrigatoriedade externa sobre os produtores, mas o próprio tempo foi constituído como absoluto e abstrato. A quantidade de tempo que determina a grandeza de valor de uma única mercadoria é uma variável dependente. O tempo em si, contudo, tornou-se independente da atividade – seja ela individual, social ou natural. Ele se tornou uma variável independente, medida em convencionais unidades constantes, contínuas, comensuráveis e intercambiáveis (horas, minutos, segundos), que servem como medida absoluta do movimento e do trabalho como custo. Os acontecimentos e a ação em geral, o trabalho e a produção em particular agora têm lugar no tempo e são por ele determinados – um tempo que se tornou abstrato, absoluto e homogêneo¹⁰⁹.

A dominação temporal constituída pelas formas mercadoria e capital não se restringe ao processo de produção, mas se estende a todas as áreas da vida. Giddens diz:

A mercantilização do tempo [...] possui a chave para as maiores transformações da vida social cotidiana surgidas com o nascimento do capitalismo. Elas estão ligadas tanto ao fenômeno central da organização dos processos de produção, como ao “local de trabalho” e às tessituras íntimas de como a vida social cotidiana é vivenciada.¹¹⁰

¹⁰⁹ Lukács também analisa o tempo abstrato como um produto da sociedade capitalista. Ele considera esse tempo como essencialmente espacial no caráter: “O tempo perde, assim, o seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de ‘coisas’ quantitativamente mensuráveis [...] torna-se um espaço” (*História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*, cit., p. 205). O problema com a análise de Lukács é que ele opõe a qualidade estática do tempo abstrato ao processo histórico, como se este, em e por si mesmo, representasse uma realidade social não capitalista. Entretanto, como discutirei na Parte III, o capitalismo é caracterizado não apenas pelo tempo abstrato imutável, mas também por uma dinâmica histórica além do controle humano. O processo histórico como tal não pode se opor ao capitalismo. A posição de Lukács indica o quanto seu entendimento da categoria capital é inadequado e relacionado à sua identificação do sujeito-objeto idêntico de Hegel com o proletariado.

¹¹⁰ Anthony Giddens, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, cit., p. 131.

Não vou, neste livro, tratar dos efeitos dessa dominação temporal na tessitura da experiência do cotidiano¹¹¹. Em vez disso, discutirei algumas das implicações socioepistemológicas de nossa investigação sobre a temporalidade; em seguida, na Parte III, voltarei à questão da constituição social do tempo na sociedade capitalista investigando o dualismo temporal das formas sociais subjacentes do capitalismo e, com base nisso, delineando o conceito de história implicado pela teoria das categorias de Marx.

A oposição entre tempo abstrato e concreto sobrepõe-se, mas não totalmente, à oposição entre o tempo nas sociedades capitalista e nas pré-capitalistas. A ascensão do capitalismo sem dúvida acarretou a substituição de antigas formas de tempo concreto pelo tempo abstrato. E. P. Thompson, por exemplo, descreve o domínio de uma marcação de tempo orientada por tarefas nas sociedades pré-industriais e sua substituição pelo tempo do trabalho com o desenvolvimento do capitalismo industrial¹¹². Naquele caso, o tempo é medido pelo trabalho, enquanto neste último, ele mede o trabalho. Escolhi falar do tempo concreto e abstrato para enfatizar que são dois tipos diferentes de tempo, e não simplesmente dois modos diferentes de medir o tempo. Além disso, como desenvolverei no Capítulo 8, o tempo abstrato não é a única forma de tempo constituída na sociedade capitalista, uma forma peculiar de tempo concreto também é constituída. Veremos que a dialética do desenvolvimento capitalista é, em um nível, a dialética dos dois tipos de tempo constituídos na sociedade capitalista e, portanto, não pode ser entendida adequadamente em termos de substituição de todas as formas de tempo concreto pelo tempo abstrato.

¹¹¹ David Gross, seguindo Lukács em alguns aspectos, considera os efeitos do tempo abstrato no cotidiano em termos de “espacialização do pensamento e da experiência”, com o que ele quer dizer “a tendência a condensar as relações de tempo [...] em relações de espaço” (“Space, Time, and Modern Culture”, *Telos*, n. 50, 1981-1982, p. 59). Gross considera as consequências sociais dessa “espacialização” extremamente negativas, ocasionando a perda da memória histórica e a destruição gradual das possibilidades de crítica social na sociedade contemporânea (ibidem, p. 65-71). A descrição crítica de Gross é esclarecedora, mas ele não fundamenta a constituição histórica da “espacialização” nas formas de relações sociais características do capitalismo. Em vez disso, como ele entende essas relações unicamente como relações de classe, tenta fundamentar a espacialização no desenvolvimento da urbanização e tecnologia em si (ibidem, p. 65) e nos interesses das elites dominantes (ibidem, p. 72). Entretanto, como procurei demonstrar, não é suficiente considerar apenas o primeiro sem se referir às formas de relações sociais; aquilo não pode, por exemplo, explicar adequadamente as origens do tempo abstrato. Além disso, o recurso a considerar os interesses dos estratos dominantes não pode explicar a gênese, a natureza e a eficácia social de formas que podem muito bem constituir e servir a esses interesses.

¹¹² Edward P. Thompson, “Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism”, cit., p. 58-61.

FORMAS DE MEDIAÇÃO SOCIAL E FORMAS DE CONSCIÊNCIA

A determinação da grandeza do valor de Marx, na minha interpretação, implica o tempo como variável independente, o tempo matemático absoluto e homogêneo que veio a organizar muito da vida social em nossa sociedade e foi constituído socialmente. Essa tentativa de relacionar o tempo matemático abstrato, bem como seu conceito, à forma de relações sociais determinadas pela mercadoria é um exemplo da teoria sócio-histórica do conhecimento e da subjetividade apresentada neste estudo, que analisa tanto a objetividade e subjetividade sociais como constituídas socialmente por formas específicas de práticas historicamente estruturadas. Tal teoria transforma o problema clássico epistemológico da relação sujeito-objeto e enseja uma reconceitualização e crítica dos termos desse problema em si.

A noção da constituição pelo sujeito do objeto do conhecimento é fundamental para a “virada copernicana” de Kant desde o exame do objeto até a consideração das condições subjetivas do conhecimento, que ele assume depois de elucidar as antinomias geradas pela problemática sujeito-objeto, como concebidas classicamente. Kant concebe a constituição em termos do papel constitutivo do sujeito. Argumentando que a realidade em si, o númeno, não está disponível para o conhecimento humano, Kant afirma que nosso conhecimento das coisas é uma função de categorias transcendentais *a priori* com que a percepção é organizada. Ou seja, na medida em que nosso conhecimento e percepção são organizados por tais categorias subjetivas que coconstituem os fenômenos que percebemos. Esse processo de constituição, no entanto, não é uma função da ação e não se refere ao objeto, mas é uma função das estruturas subjetivas do saber. Tempo e espaço, para Kant, são categorias transcendentais *a priori*.

Ao criticar Kant, Hegel sustenta que sua epistemologia resulta em um dilema: ela requer o conhecimento das faculdades cognitivas como uma pré-condição do conhecimento¹¹³. Usando uma teoria diferente da constituição pelo sujeito do objeto do conhecimento, Hegel busca superar a dicotomia sujeito-objeto demonstrando sua conexão intrínseca. Discuti como ele trata toda a realidade, incluindo a natureza, como constituída pela prática – como uma externalização, um produto e expressão, do sujeito histórico-mundial: o *Geist*, em seu desdobramento, constitui a realidade objetiva como uma objetivação determinada do ser, que, por sua vez, efetua reflexivamente desenvolvimentos determinados na consciência do ser. O *Geist*, em outras palavras, forma-se no processo de constituição da realidade objetiva: ele é o sujeito-objeto idêntico. Categorias adequadas, de acordo com Hegel, não expressam as formas subjetivas de cognição finita e as aparências das coisas, como Kant teria feito, elas apreendem, em vez disso, a identidade do sujeito e do objeto como estruturas de saber

¹¹³ Ver Jürgen Habermas, *Knowledge and Human Interests*, cit., p. 7.

absoluto. O Absoluto é a totalidade das categorias subjetivo-objetivas, ele se expressa e prevalece na consciência individual. A noção de Hegel do sujeito-objeto idêntico é essencial para sua tentativa de resolver o problema epistemológico da possível relação entre o sujeito e o objeto, consciência e realidade, com uma teoria de constituição da objetividade e da subjetividade que evitaria o dilema de ter de conhecer a faculdade cognitiva antes de conhecer.

Marx também procura estabelecer a conexão intrínseca entre objetividade e subjetividade, por meio de uma teoria da sua constituição através da prática. O universo assim constituído, no entanto, é social. Ao contrário de Hegel, Marx rejeita a ideia de conhecimento absoluto e nega que a natureza, como tal, seja constituída. A teoria de Marx da constituição através da prática é social, mas não no sentido de que é uma teoria da constituição de um mundo de objetividade social por um sujeito humano histórico. Pelo contrário, é uma teoria das formas em que os seres humanos firmam bases de mediação social que, por sua vez, constituem formas de prática social. Assim, como vimos, embora Marx postule a existência no capitalismo do que Hegel identifica como um sujeito histórico – isto é, um sujeito-objeto idêntico –, ele o identifica como a forma de relações sociais alienadas expressa pela categoria capital, e não como um sujeito humano, seja individual ou coletivo. Ele desloca, dessa maneira, o problema do conhecimento a partir da possível correlação entre “realidade objetiva” e da percepção e do pensamento do sujeito individual ou supraindividual, para uma consideração da constituição de formas sociais. Sua abordagem analisa objetividade e subjetividade sociais não como duas esferas ontologicamente diferentes que devam ser relacionadas, mas como dimensões intrinsecamente relacionadas das formas de vida social que são apreendidas por suas categorias. Ao transformar as maneiras como a constituição e a prática constitutiva são entendidas, essa mudança de enfoque e transforma o problema do conhecimento em um problema de teoria social.

Demonstrei, por exemplo, que a determinação de Marx da grandeza do valor implica uma teoria sócio-histórica da emergência do tempo matemático absoluto como uma realidade social e como um conceito. Em outras palavras, essa abordagem trata de forma implícita como socialmente constituído o nível de pré-conhecimento estruturado que Kant interpreta como uma condição transcendental *a priori* do conhecimento¹¹⁴. A teoria de Marx da constituição social tenta superar o que Hegel identifica como o dilema circular da epistemologia transcendental de Kant – que se deve saber (as faculdades cognitivas), como uma pré-condição para o saber – sem, no entanto, recorrer à noção hegeliana de conhecimento absoluto. A teoria de Marx analisa implicitamente como social a condição de autoconhecimento (isto é, a fim de saber explicitamente,

¹¹⁴ Jacques Le Goff tem um argumento semelhante com relação à constituição social do espaço tridimensional: ver “Merchant’s Time and Church’s Time in the Middle Ages”, cit., p. 36.

é preciso já ter conhecido). Esta entende esse pré-conhecimento como uma estrutura pré-consciente da consciência socialmente formada, e nem a postula como universal e transcendental *a priori*, nem a baseia em um suposto conhecimento absoluto. Essa teoria sócio-histórica do conhecimento não se restringe ao exame das determinações sociais e históricas das condições subjetivas de percepção e conhecimento. Embora a teoria crítica de Marx rejeite a possibilidade do conhecimento absoluto, ela não implica uma espécie de epistemologia kantiana social e historicamente relativizada, pois busca compreender a constituição de formas de objetividade social, com suas formas conexas de subjetividade.

A crítica marxiana, portanto, não implica uma teoria do conhecimento, no sentido próprio, mas sim uma teoria da constituição de formas sociais historicamente específicas que são simultaneamente formas de objetividade e subjetividade sociais. No âmbito dessa teoria, as categorias de apreender o mundo e as normas de ação podem ser vistas como ligadas na medida em que ambas, em última análise, são baseadas na estrutura das relações sociais. Essa interpretação sugere que a epistemologia se torna, na teoria de Marx, radical como epistemologia social¹¹⁵.

¹¹⁵ Essa interpretação das implicações epistemológicas da teoria de Marx difere da de Habermas, que descreverei no Capítulo 6. Em um nível mais geral, a minha interpretação das categorias marxianas – como expressões da conexão intrínseca das formas históricas de ser e consciência sociais – implicitamente separa a validade objetiva de qualquer noção do absoluto e a relativiza historicamente. No entanto, como essa posição relativiza tanto as dimensões objetivas como as subjetivas, ela rejeita a noção de uma oposição entre a relatividade histórica e a validade objetiva. O critério desta última é a validade social, e não a absoluta. Assim, Marx pode dizer que “formas que constituem as categorias da economia burguesa. Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (Karl Marx, *O capital*, cit., Livro I, p. 151).

A questão dos padrões pelos quais aquilo que existe pode ser criticado não será totalmente tratada aqui. Deve ficar claro, contudo, que, na abordagem de Marx, a fonte e os padrões da crítica também devem ser uma função das formas existentes de realidade social. Pode-se argumentar que uma compreensão da relatividade histórica como implicando que “qualquer coisa serve” está vinculada à suposição de que a validade objetiva exige uma fundamentação absoluta. Nesse sentido, a oposição entre os dois pode ser concebida como semelhante àquela que existe entre o racionalismo abstrato e o ceticismo. Em ambos os casos, a virada para a teoria social ilumina a relação intrínseca os termos da oposição, indica que eles não definem o universo de possibilidades e transforma os termos do problema. Para uma poderosa crítica dos pressupostos que fundamentam tais oposições abstratas diferentes, mas em consonância com, a crítica sugerida neste trabalho, ver Ludwig Wittgenstein, *Philosophical Investigations* (trad. G. E. M. Anscombe, Nova York, Macmillan, 1958) [ed. bras.: *Investigações filosóficas*, 7. ed., trad. Marcos G. Montagnoli, Petrópolis, Vozes, 2012].

O problema para a teoria social dos padrões de crítica é, naturalmente, difícil. No entanto, a abordagem marxiana não oferece a possibilidade de autorreflexão epistemológica consistente por

O desdobramento das formas social categorialmente aprendidas por Marx em *O capital* é a elaboração plena da teoria social prática que ele tinha apenas apresentado anteriormente, nas “Teses sobre Feuerbach”:

O principal defeito de todo o materialismo existente [...] é que o objeto [*Gegenstand*], realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente.

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão prática.

Toda vida social é essencialmente prática.¹¹⁶

A crítica madura marxiana analisa a relação entre objetividade e subjetividade em termos de estruturas de mediação sociais, determinados modos de constituição e constituidora de práticas sociais. A “práxis” a qual Marx se refere, como deve estar claro, não é a prática revolucionária, mas a prática como atividade socialmente constituidora. O trabalho constitui formas de vida social apreendidas pelas categorias da crítica de Marx. No entanto, essa prática socialmente constituidora não pode ser entendida adequadamente em termos do trabalho *per se*, ou seja, trabalho concreto em geral. Não é apenas o trabalho concreto que cria o mundo que Marx analisa, mas uma qualidade mediadora do trabalho, que cria relações alienadas caracterizadas pela antinomia de uma dimensão abstrata, geral, objetiva e uma dimensão concreta, particular, que até mesmo se objetiva em produtos. Essa dualidade faz aparecer um tipo de campo de ser social unificado no capitalismo. Um sujeito-objeto idêntico (capital) existe como o sujeito totalizante histórico e pode ser desenvolvido a partir de uma única categoria, de acordo com Marx, porque duas dimensões da vida social – as relações entre as pessoas e as relações entre as pessoas e a natureza – são fundidas no capitalismo na medida em que ambas são medidas pelo trabalho. Essa fusão molda tanto a forma de produção quanto as formas das relações sociais no capitalismo e as relaciona internamente. O fato de as categorias da crítica da economia política de Marx expressarem ambas as

parte da teoria, que, assim, evita as armadilhas daquelas formas de pensamento crítico social que presumem ver a sociedade com um conjunto de normas fora do seu universo social – e que, por conseguinte, não se podem explicar. Com efeito, a abordagem marxiana implica que a tentativa de fundamentar a crítica num reino extrassocial e imutável (como, por exemplo, na tradição clássica da teoria da lei natural) pode ser analisada em termos de formas sociais que se apresentam como não sociais e trans-históricas.

¹¹⁶ Idem, “Ad Feuerbach (1845)”, cit., p. 533-4.

dimensões da vida social de forma unificada singular (que é, ainda assim, intrinsecamente contraditória) deriva desta fusão real.

A teoria madura de Marx da prática social no capitalismo é, assim, uma teoria da constituição pelo trabalho das formas sociais que medeiam as relações entre as pessoas umas com as outras e com a natureza, e são, portanto, formas de ser e consciência. Ela é uma teoria da constituição histórica e social de formas determinadas, estruturadas de práticas sociais assim como do conhecimento social, normas e necessidades que moldam a ação. Apesar de as formas sociais que Marx analisa serem constituídas por práticas sociais, elas não podem ser apreendidas no nível imediato apenas da interação. A teoria da prática de Marx é a teoria da constituição e possível transformação das formas de mediação sociais.

Essa interpretação da teoria de Marx transforma os problemas tradicionais da relação entre trabalho e pensamento formulando-a em termos da relação, entre formas de relações, sociais medidas pelo trabalho e formas de pensamento, mais que entre trabalho concreto e pensamento. Eu argumentei que, assim como a constituição social não é função apenas do trabalho concreto, na análise de Marx, a constituição da consciência pela prática social não deve ser entendida apenas em termos de interações dos sujeitos individuais ou grupos sociais com o ambiente natural mediadas pelo trabalho. Isso se aplica até mesmo às concepções da realidade natural: elas não foram obtidas pragmaticamente, apenas de lutas com e transformações da natureza, mas, como eu tentei indicar, também estão fundadas no caráter e em determinadas formas sociais que estruturam essas interações com a natureza. Em outras palavras, o trabalho como atividade produtiva não pode, em si mesmo dar sentido, portanto, como argumentei, mesmo o trabalho obtém seu sentido das relações sociais nas quais está inserido. Quando essas relações sociais são constituídas pelo próprio trabalho, o trabalho existe de uma forma “secular” e pode ser analisado como ação instrumental.

A noção de que o trabalho é socialmente constituído não está, portanto, baseada na redução por Marx da prática social ao trabalho como produção material, em que a interação da humanidade com a natureza se torna o paradigma da interação¹¹⁷. Esse poderia de fato ter sido o caso se Marx tivesse entendido a práxis em termos do “trabalho”. No entanto, a concepção de Marx em seus textos maduros sobre o trabalho como prática social constituidora está ligada à sua análise da mediação pelo trabalho de dimensões da vida social que, em outras sociedades, não são mediadas. Essa análise, de acordo com Marx, é *sine qua non* para um entendimento crítico adequado da especificidade das formas das relações sociais, produção e consciência

¹¹⁷ Albrecht Wellmer formula essa crítica no ensaio “Communication and Emancipation: Reflections on the Linguistic Turn in Critical Theory”, em John O’Neil (org.), *On Critical Theory* (Nova York, Seabury, 1976), p. 232-3.

na formação social capitalista. A fusão citada das duas dimensões da vida social no capitalismo permite que Marx analise a constituição social em termos de uma forma de prática (trabalho) e investigue a relação intrínseca da objetividade e subjetividade social em termos de um único conjunto de categorias da prática estruturada. É possível que em outra sociedade, na qual a produção e as relações sociais não sejam constituídas como uma esfera totalizante da objetividade social por um princípio estruturante singular, a noção de uma forma singular de prática constituidora pudesse ser modificada e a relação entre as formas de consciência e formas de ser social pudessem ser apreendidas diferentemente.

Jürgen Habermas e Alfred Schmidt também argumentaram que a análise de Marx implica uma teoria da constituição da objetividade social e da subjetividade social. Apesar de avaliarem a teoria da prática constituidora de Marx de maneira muito diferente, ambos consideram esse processo constitutivo apenas em relação ao “trabalho”, ou seja, em termos da transformação da natureza física externa e, reflexivamente, dos próprios seres humanos, como resultado do trabalho concreto¹¹⁸.

A noção tradicional, erroneamente atribuída a Marx, de que o trabalho é socialmente constituidor apenas em virtude de sua função de atividade produtora, pode ser ela mesma explicada pela crítica marxiana de acordo com a especificidade das formas sociais no capitalismo. Como vimos, apesar de o trabalho determinado pela mercadoria ser marcado por uma dimensão historicamente específica, peculiar, ele pode ser visto tanto pelo ator social como pelo teórico como sendo “trabalho”. Isso também é verdade para a dimensão epistemológica do trabalho como prática social. Eu sustentei, por exemplo, que dois momentos das relações humanas com a natureza devem ser distinguidos: a transformação da natureza, materiais e do ambiente, como resultado do trabalho social, e as concepções das pessoas sobre o caráter da realidade social. A última, como argumentei, não pode ser explicada como consequência direta da primeira sozinha, ou seja, das interações mediadas pelo trabalho entre os seres humanos e a natureza, mas também devem ser tomadas com referência às formas

¹¹⁸ Ver Habermas. *Knowledge and Human Interests*, cit., p. 25-63; Alfred Schmidt, *Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx* (Frankfurt, Europäische Verlagsanstalt, 1971), p. 107-28. A posição de Schmidt é muito semelhante à de Horkheimer em “Traditional and Critical Theory”, cit., [ed. bras.: “Teoria tradicional e teoria crítica”, cit.]. Ele enfatiza o papel do trabalho concreto na constituição da capacidade subjetiva humana de conhecimento, bem como o mundo experimental. Schmidt certamente cita as declarações de Arnold Hauser, Ernst Bloch e Marx mostrando concordar com elas no que se refere ao conceito de natureza ser também função da estrutura da sociedade (p. 126). Essa posição, no entanto, não é sistematicamente integrada ao corpo de seu argumento. Ao discutir as ciências naturais, Schmidt se concentra na ciência natural experimental e aplicada, na exclusão da consideração dos paradigmas da realidade natural (p. 118-9). A última, como argumentei, não pode ser derivada apenas do trabalho social concreto, mas deve ser elucidada em termos das formas de relações sociais para as quais serve como contexto para sua emergência.

de relações sociais nas quais essas interações ocorrem. No capitalismo, no entanto, ambos os momentos das relações das pessoas com a natureza são funções do trabalho: a transformação da natureza pelo trabalho social concreto pode, portanto, condicionar as noções que as pessoas têm da realidade, embora a fonte de sentido seja apenas a interação medida pelo trabalho com natureza. Consequentemente, a noção indiferenciada de “trabalho” pode ser tomada como princípio constitutivo e o conhecimento da realidade natural pode presumidamente desenvolver-se como função direta do grau em que os seres humanos dominam a natureza. O fato de essa posição, assumida por Horkheimer em 1937, ter sido atribuída a Marx se deve em parte à afirmação dos partidos socialistas da classe trabalhadora tradicional de “trabalho” e em parte ao modo de apresentação imanente de Marx.

O que eu apresentei como a teoria marxista tradicional da constituição social pelo “trabalho” pode ser entendida como uma tentativa de resolver a oposição entre objetividade e subjetividade. Ou seja, ela permanece em última instância dentro do quadro dos termos do problema formulado pela filosofia moderna clássica. A abordagem de Marx, como eu a apresentei, no entanto, não é uma tentativa de resolver essa oposição. Ela, de fato, transforma os termos do problema ao analisar socialmente as relações entre objetividade e subjetividade, assim como fundamenta os pressupostos da problemática clássica em si – a oposição de uma esfera externa da objetividade que aparece como legal e a autodeterminação subjetiva, individual – nas formas sociais da sociedade capitalista moderna¹¹⁹.

Outras diferenças entre essas duas abordagens ao problema da constituição social são expressas em seu entendimento divergente do processo de alienação e sua relação com a subjetividade. O entendimento comumente associado à noção de constituição social pelo “trabalho” pode ser visto na resposta de Hilferding a Böhm-Bawerk, que eu citei anteriormente. Hilferding afirma o “trabalho” como o princípio regulatório da sociedade humana que é velado no capitalismo e que, no socialismo, emerge abertamente como a principal causalidade da vida humana. Visto que o “trabalho” permanece como o substrato constante da sociedade, a forma na qual aparece no capitalismo é separável de seu contexto, do “trabalho” em si.

Essa concepção da constituição social como efeito do “trabalho” implica a existência de um sujeito histórico concreto e está relacionada com um entendimento da

¹¹⁹ Assim, a abordagem marxiana difere de outras críticas da dicotomia sujeito-objeto que sustentam a ideia de que um sujeito intencional, descontextualizado e descorporificado, não tem nenhum sentido, e que as pessoas estão sempre inseridas em um contexto prematuro. Enquanto também são críticas à dicotomia do sujeito-objeto, a abordagem marxiana não apenas refuta posições que postulam um sujeito descontextualizado, mas busca dar conta dessas posições ao analisar a aparente descontextualização como característica de determinado contexto da sociedade capitalista.

alienação como estranhamento do que já existe como propriedade desse sujeito. Ou seja, a alienação é tratada como um processo envolvendo a simples reversão do sujeito e do objeto. Esse também é o caso no que se refere à percepção e consciência. Ao descrever a mistificação da forma-mercadoria, Hilferding escreve, “as características sociais das pessoas aparecem como atributos objetivos [*gegenständliche*] das coisas, assim como as formas subjetivas de percepção humanas (tempo e espaço) aparecem como atributos objetivos [*objektive*] das coisas”¹²⁰.

A analogia que Hilferding delinea entre “as características das pessoas” e a categorias da transcendência kantiana *a priori* (“as formas subjetivas de percepção humana”) indicam que em ambos os casos ele pressupõe uma estrutura da subjetividade preexistente, e não uma socialmente constituída. A especificidade do capitalismo parece, portanto, estar no fato de que o que já existe como propriedade da dimensão subjetiva aparece como propriedade da dimensão objetiva. Hilferding então entende a teoria da alienação marxiana como “a troca da subjetividade pela objetividade e vice-versa”¹²¹. Essa posição implicitamente compreende a noção de fetiche da mercadoria de Marx como referente a um tipo de ilusão, portanto os atributos dos sujeitos aparecem como atributos daquilo que eles criam. Isso está relacionado com a noção de Hilferding de que a forma-mercadoria é simplesmente uma forma mistificada de “trabalho”. Quando o trabalho é analisado nos termos trans-históricos de “trabalho”, ele é especificamente entendido apenas extrinsecamente, em termos do modo de distribuição, e alienação é apreendida inversamente como o reverso que mistifica o que já existe. A superação da alienação, nesse quadro, é vista como um processo de desmistificação e reapropriação, como a reemergência do que é socialmente ontológico por trás do véu de sua forma de aparência mistificada. Superar a alienação, em outras palavras, requer a realização do ser do sujeito histórico.

Na interpretação que apresentei aqui, as categorias da crítica de Marx não expressam “trocas” entre o objetivo e o subjetivo, mas, a constituição de cada uma dessas dimensões. Como argumentei no caso do tempo abstrato, determinadas formas subjetivas, ao lado da objetividade que apreendem, são constituídas por formas alienadas determinadas de relações sociais, elas não são preexistentes, formas universais que, porque são alienadas, aparecem como atributos objetivos das coisas. Isso reforça posteriormente minha alegação de que, com sua análise do duplo caráter do capitalismo, Marx desenvolveu a teoria da alienação como a teoria de um modo historicamente específico de constituição social, enquanto determinadas formas sociais – caracterizadas pela oposição do abstrato universal, objetivo, com uma dimensão aparentemente legal e uma dimensão particular “coisal” – são constituídas por formas estruturantes

¹²⁰ Rudolf Hilferding, “Böhm-Bawerk’s Criticism of Marx”, cit., p. 145. (Tradução alterada)

¹²¹ Lucio Colletti, “Bernstein and the Marxism of the Second International”, cit., p. 78.

de prática e, por seu turno, moldam a prática e o pensamento em sua imagem. Essas formas sociais são contraditórias. É essa qualidade que representa a totalidade dinâmica e faz surgir a possibilidade de sua crítica e possível transformação.

É parte essencial dessa teoria da constituição social e historicamente determinada da objetividade e subjetividade sociais por um processo de alienação a análise crítica da especificidade das várias dimensões da vida social no capitalismo. Essa teoria não apenas condena o estranhamento do sujeito – ou sujeitos – do que já existia como sua propriedade. De fato, ela analisa a constituição histórica das forças humanas na forma alienada. Superar a alienação, nessa visão, envolve a abolição do *sujeito* (capital) *autofundado*, *automovente*, e das formas de trabalho que constituem e são constituídas por estruturas de alienação; isso permitiria que a humanidade se apropriasse do que foi constituído de forma alienada. A superação do *sujeito* histórico permitiria que as pessoas, pela primeira vez, se tornassem sujeitos de suas próprias práticas sociais.

A noção de fetiche de Marx está centralmente relacionada com sua teoria da alienação como constituição social. Essa noção não se refere apenas a ilusões socialmente construídas, mas busca dar conta socialmente de várias formas de subjetividade. Ela é parte da teoria social da constituição e Marx, que relaciona formas de pensamento, visões de mundo e crenças a formas de relações sociais e às formas em que elas aparecem na experiência imediata. Em *O capital*, Marx busca apreender a constituição de estruturas sociais profundas historicamente específicas através das formas de prática sociais que, por sua vez, são orientadas por crenças e motivações fundadas nas formas de aparência suportadas por essas estruturas. O todo, no entanto, não é estaticamente circular e doxa, mas dinâmico e contraditório. Uma formulação adequada da teoria de Marx da constituição das formas de subjetividade e objetividade no capitalismo deve analisar a interação entre estrutura e prática em termos da natureza contraditória dinâmica da totalidade; sobre essa base, alguém poderia desenvolver uma teoria da transformação histórica da subjetividade que elucidaria a constituição social e histórica do desenvolvimento das necessidades e percepções – tanto aquelas que tendem a perpetuar o sistema quanto aquelas que o questionam.

Essa teoria da constituição da consciência e do ser social tem pouco em comum com a interpretação na qual o “trabalho” ou a forma econômica da “base” da sociedade e do pensamento como o elemento “superestrutural”. É uma teoria não funcionalista da subjetividade social que, no fim, é baseada na análise das formas de relações sociais mais do que nas considerações da posição e do interesse social, incluindo posição e interesses de classe. A primeira análise fornece um quadro geral historicamente cambiante das formas de consciência na qual as considerações da última podem ser examinadas. Essa abordagem assume que se o significado e estrutura social devem ser relacionados, as categorias que os apreendem devem estar intrinsecamente relacionadas – em outras palavras, a dicotomia teórica dominante das dimensões material e cultural da vida social não pode ser superada

extrinsecamente, tendo como base conceitos que já contenham no seu interior essa oposição¹²². Tal posição distingue a teoria social e histórica da subjetividade apresentada aqui, dessas tentativas de relacionar o pensamento e as “condições sociais” que podem explicar a função das consequências sociais de uma forma particular de pensamento, mas não podem fundamentar socialmente a especificidade desse pensamento e relacioná-lo intrinsecamente com seu contexto. A teoria marxista procura fazer isso. Em geral, ela não trata o significado de forma materialista redutiva, como um reflexo epistemológico da base material física, nem – é claro – de forma idealista, como uma esfera completamente autônoma autofundada. Ela busca, de fato, apreender a vida social com categorias que lhe permitam tratar a estrutura do significado como um momento intrínseco de uma estrutura de relações sociais constituídas e constituidoras¹²³.

¹²² Essa abordagem é muito diferente daquela feita por Max Weber em sua muito conhecida metáfora de que ideias criam imagens de mundo que determinam, como um agulheiro, os trilhos nos quais a ação é empurrada pela dinâmica do interesse (ver “The Social Psychology of the World Religions”, em Hans H. Gerth e Charles W. Mills (orgs.), *From Max Weber*, Nova York, Oxford University Press/A Galaxy Book, 1958, p. 280 [ed. bras.: “A psicologia social das religiões mundiais”, em *Ensaio de sociologia*, 5. ed., São Paulo, Gen, 1982]). Essa metáfora relaciona as dimensões social ou material e a dimensão cultural apenas extrínseca e contingentemente. Na medida em que a posição que expressa reconhece o aspecto subjetivo da vida material, ela o faz de forma semelhante àquela feita por muitas teorias econômicas – identifica essa dimensão considerando apenas o interesse. Como resultado, o que deve ser analisado como uma forma de subjetividade (“interesse”) constituída específica, social e historicamente é assumida como dada, ao passo que outras formas de subjetividade são tratadas de forma idealista. Essa inabilidade de apreender a relação intrínseca das formas de subjetividade e as formas de relações sociais é relacionada com uma abordagem que não apreende a vida material em termos de determinadas formas através das quais a vida social é mediada.

¹²³ Émile Durkheim, em *The Elementary Forms of the Religious Life* (trad. Joseph Ward Swain, Nova York, Free Press, 1965), também postula uma teoria do conhecimento que busca fundar as categorias do pensamento socialmente. Sob essa abordagem, Durkheim é capaz de indicar o poder de uma teoria social do conhecimento em endereçar e mudar os termos dos problemas epistemológicos, da forma como eles foram formulados classicamente. No entanto (deixando de lado seus aspectos funcionalistas), a teoria de Durkheim se concentra na organização social da sociedade mais do que nas formas de mediação social – portanto, carece de uma concepção das categorias da vida social que poderiam simultaneamente ser categorias da subjetividade e da objetividade. A abordagem de Durkheim é ambivalente no que se refere à questão da relação de contexto e pensamento sociais. Ela é tanto uma crítica do entendimento da ciência natural da vida social, que a despeito da questão do significado social, quanto é, ela mesma, trans-histórica e objetivista. Apesar de Durkheim sugerir que a própria ciência está socialmente inserida, ele não a trata como um sistema dotado de significado da tendência da ciência de ver a realidade em termos objetivos. Ele toma, de fato, isso como uma expressão do desenvolvimento evolucionário da sociedade.

É possível apreender a própria interpretação dualística de Durkheim da vida social em termos da abordagem marxiana apresentada aqui. Sua oposição entre sociedade e indivíduo, alma e corpo, o abstrato, geral e o concreto particular – onde apenas a princípio, os termos abstratos de cada oposição são entendidos como sociais – podem ser apreendidas como processos de hipostasia e projeções da forma mercadoria. Ver *The Elementary Forms of the Religious Life*, cit., p. 21-33, 169-73, 258-60, 306-8, 467-94.